



RELATÓRIO TRIENAL 2017-2020

OUTUBRO DE 2020

MISA-Moçambique

Relatório Trienal 2017-2020

Presidente do MISA: Fernando Gonçalves André

Equipa Programática: Ernesto Nhanale (Director Executivo); Lázaro Mabunda (Oficial de Programas); Ernesto Saul (Oficial de Projectos).

Equipa administrativa e financeira: Quitéria Zandamela (Assistente de Administração) e Inocêncio Machave (Contabilista)

© MISA– Maputo, Outubro de 2020.

Contactos:

Malhangalene, Rua da Resistência, Casa nr. 1519 R/C

Telefone: +258 21302833

E-mail: info@misa.org.mz

www.misa.org.mz

INDICE GERAL

LISTA DE ACRÓNIMOS.....	54
I. INTRODUÇÃO.....	56
II. O PLANO ESTRATÉGICO DO MISA.....	58
OBJECTIVO GERAL:	58
RESULTADO GERAL:	58
<i>PILAR 1 – LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA</i>	58
<i>PILAR 2 – DIREITO À INFORMAÇÃO E JORNALISMO INVESTIGATIVO MONITORIA À GOVERNAÇÃO</i>	58
<i>PILAR 3 - DIVERSIDADE NO DOMÍNIO DA RADIODIFUSÃO E MIGRAÇÃO DIGITAL</i>	58
<i>PILAR 4: CONHECIMENTO DO QUADRO LEGAL E ÉTICO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL POR PARTE DOS SEUS PROFISSIONAIS</i>	59
III. CONTEXTO DOS RESULTADOS ATÉ 2020	60
IV. RESULTADOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020 DETALHADOS POR PILARES ..	64
<i>PILAR1: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA</i>	64
PILAR 2: DIREITO À INFORMAÇÃO E JORNALISMO INVESTIGATIVO MONITORIA À GOVERNAÇÃO.....	76
<i>PILAR 3: DIVERSIDADE NO DOMÍNIO DA RADIODIFUSÃO E MIGRAÇÃO DIGITAL</i>	87
PILAR:4. CONHECIMENTO DO QUADRO LEGAL E ÉTICO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL POR PARTE DOS SEUS PROFISSIONAIS	94
5.6 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	99
V. HISTÓRIAS DE SUCESSO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
VI. CONTRANGIMENTOS E DESAFIOS	103
VII. LIÇÕES APRENDIDAS	104

SUMÁRIO EXECUTIVO



RELATÓRIO TRIENAL 2017-2020

OUTUBRO DE 2020

MISA-Moçambique

Relatório Trienal 2017-2020

Presidente do MISA: Fernando Gonçalves André

Equipa Programática: Ernesto Nhanale (Director Executivo); Lázaro Mabunda (Oficial de Programas); Ernesto Saul (Oficial de Projectos).

Equipa administrativa e financeira: Quitéria Zandamela (Assistente de Administração) e Inocêncio Machave (Contabilista)

© MISA– Maputo, Outubro de 2020.

Contactos:

Malhangalene, Rua da Resistência, Casa nr. 1519 R/C

Telefone: +258 21302833

E-mail: info@misa.org.mz

www.misa.org.mz

INDICE GERAL

LISTA DE ACRÓNIMOS.....	54
I. INTRODUÇÃO.....	56
II. O PLANO ESTRATÉGICO DO MISA.....	58
OBJECTIVO GERAL:	58
RESULTADO GERAL:	58
<i>PILAR 1 – LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA</i>	58
<i>PILAR 2 – DIREITO À INFORMAÇÃO E JORNALISMO INVESTIGATIVO MONITORIA À GOVERNAÇÃO</i>	58
<i>PILAR 3 - DIVERSIDADE NO DOMÍNIO DA RADIODIFUSÃO E MIGRAÇÃO DIGITAL</i>	58
<i>PILAR 4: CONHECIMENTO DO QUADRO LEGAL E ÉTICO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL POR PARTE DOS SEUS PROFISSIONAIS</i>	59
III. CONTEXTO DOS RESULTADOS ATÉ 2020	60
IV. RESULTADOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2020 DETALHADOS POR PILARES ..	64
<i>PILAR1: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA</i>	64
PILAR 2: DIREITO À INFORMAÇÃO E JORNALISMO INVESTIGATIVO MONITORIA À GOVERNAÇÃO.....	76
<i>PILAR 3: DIVERSIDADE NO DOMÍNIO DA RADIODIFUSÃO E MIGRAÇÃO DIGITAL</i>	87
PILAR:4. CONHECIMENTO DO QUADRO LEGAL E ÉTICO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL POR PARTE DOS SEUS PROFISSIONAIS	94
5.6 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	99
V. HISTÓRIAS DE SUCESSO	ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED.
VI. CONTRANGIMENTOS E DESAFIOS	103
VII. LIÇÕES APRENDIDAS.....	104

SUMÁRIO EXECUTIVO

Ao longo dos anos, o MISA Moçambique desenvolveu diversas actividades inseridas no seu Plano Estratégico com vista à criação de um ambiente saudável ao trabalho dos jornalistas e dos respectivos órgãos de comunicação social. O Plano Estratégico surgiu num contexto internacional e nacional desafiante no que concerne às liberdades e direitos civis e políticos – com destaque para os direitos de informação, expressão e informação – assim como uma redução do espaço de participação de debate público, de redução e competição pelo financiamento à sociedade civil e na era da Migração Digital. O Plano Estratégico respondeu aos desafios acima indicados através de cinco pilares nomeadamente: (i) Liberdade de Expressão e de Imprensa; (ii) Direito à Informação e Jornalismo Investigativo Monitoria à Governação; (iii) Diversidade no Domínio da Radiodifusão e Migração Digital; (iv) Conhecimento do Quadro Legal e Ético da Comunicação Social por parte dos seus Profissionais; e (v) Desenvolvimento Institucional.

Este Plano Estratégico foi implementado num contexto de grande instabilidade político-social e económico, que afectou sobremaneira a liberdade de imprensa e de expressão, nomeadamente o reacender do conflito entre a Renamo e o Governo em 2012, com uma breve interrupção em 2014 para as eleições gerais e o retomar em 2015 até, formalmente, ao fim com o Acordo de Paz Definitiva, assinado entre os dois beligerantes em Agosto de 2019. O conflito movido pela chamada Junta Militar da Renamo, grupo dissidente deste partido, está concentrado no centro do país. O segundo é a chamada insurgência islâmica, cujos ataques militares iniciaram em Outubro de 2017, concentrados na Província de Cabo Delgado e que tendem a intensificar-se.. Nestes dois conflitos, as restrições à liberdade de imprensa têm sido evidentes, com limitações ao trabalho dos meios de comunicação desde o início do conflito, caracterizados pelo desaparecimento físico e julgamento de jornalistas envolvido na sua cobertura. Com a pandemia do COVID 19 e a declaração do Estado de emergência, também registaram-se violação dos direitos de imprensa, que incluíram a detenção de alguns jornalistas.¹

Durante o triénio, os objectivos preconizados nos diferentes pilares foram atingidos parcialmente, sendo visualizáveis mudanças claras e a contribuição do MISA, conforme podemos se pode observar a seguir:

- a) Na área de *liberdade de expressão e imprensa*, a acção do MISA de apoio aos jornalistas e empresas do sector, incluindo em assistência jurídica nos casos de violação dos seus direitos, e as acções de advocacia e lobby, têm contribuído para a protecção destes direitos, mas as violações ainda persistem.
- b) A partir do seu lobby o MISA influenciou o Presidente do Conselho Municipal a retirar um processo no tribunal contra o diário de Moçambique.
- c) Em alguns casos, a existência do MISA tem um efeito dissuasor na violação dos direitos de imprensa e expressão. Por exemplo, em Tete, em 2017, um jornalista após receber ameaças da Política informou que a iria denunciar ao MISA, tendo o Comandante Provincial, por receio de maiores repercussões sugerido um acordo para o caso não ir adiante
- d) Foi travada a implementação e mais tarde revogado o decreto sobre novas taxas (Decreto 40/2018) para a imprensa e para os respectivos jornalistas, aprovado pelo Gabinete de Informação sem prévia consulta dos profissionais e os detentores dos órgãos de comunicação social, sob argumento de que as taxas visam viabilizar as actividades fiscalizadores do mesmo Gabinfo. O processo está ainda no Conselho Constitucional, havendo esperança de que o resultado do pedido de declaração de inconstitucionalidade seja publicado este ano.

¹ MISA-Moçambique (2020). Relatório Semestral 2020. Maputo, MISA-Moçambique.

- e) O MISA interveio através de assistência jurídica e conseguiu a liberdade provisória, para que os jornalistas Amad Abubacar e Germano Adriano, detidos em Macomia e levados para Mueda, acusados de colaborar com terroristas. Os dois foram soltos e aguardam pelo julgamento em liberdade provisória. Igualmente, por não concordar com a acusação definitiva dos dois jornalistas, o MISA requereu que o processo fosse apreciado pelo Tribunal Regional de Recursos, onde o processo se encontra até hoje. Os réus encontram-se em liberdade provisória.
- f) Em Março de 2019, foi julgado um processo em que o foto-jornalista Estácios Valoi, com a assistência jurídica do MISA Moçambique, processou agentes da polícia que o detiveram, ilegalmente, quando fazia a cobertura fotográfica das cerimónias de públicas de 7 de Abril, dia da Mulher Moçambicana. Estácios foi sujeito a ameaças e torturas psicológicas. Foram condenados a seis meses de prisão, convertidos em multas, e devem compensar o jornalista que ilegalmente detiveram em 2017, após a intervenção do MISA. No julgamento, o Tribunal condenou dois agentes a penas suspensas de seis meses, ao pagamento de multas e indemnização ao jornalista. No mesmo processo foi ilibado um agente da Polícia.
- g) O caso dos agentes da Polícias que em 2017 detiveram ilegalmente o jornalista Estácios Valoi, chegou ao fim. Os agentes Aires Aureliano Tequehia e Augusto Castigo José Guta (este porta-voz da Polícia em Pemba) foram condenados, em Março de 2019, pelo Tribunal Judicial Provincial de Pemba, a penas suspensas e ao pagamento de indemnização de 50 mil meticais ao jornalista. Os dois agentes, finalmente, pagaram a indemnização. O jornalista foi notificado nos finais de Junho do ano em curso.
- h) O MISA Moçambique, em parceria com a Comissão Africana de Direitos Humanos, realizou um evento internacional de auscultação dos países africanos falantes da Língua Portuguesa, que juntou participantes de Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe sobre revisão da Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão em África. A Declaração foi aprovada no final do ano pela União Africana, passando a ostentar o nome de Declaração de Princípios sobre a Liberdade e Acesso a Informação em África.
- i) A nossa intervenção em assistência jurídica levou à soltura dos três jornalistas, dois dos quais: Arcénio Sebastião e Jorge Malangaze, acabaram não sendo acusado por falta de provas. O MISA Moçambique já tinha emitido um comunicado a mostrar que eles estariam a ser alvo de uma armadilha montada pelo proprietário do Estabelecimento Hoteleiro, Manuel Ramissone. Os jornalistas foram soltos dois dias depois por falta de provas, o que consubstancia uma nova tática usada para atacar jornalistas que investigam corrupção. Igualmente, a intervenção do MISA em assistência jurídica teria resultado em libertação mediante o termo de identidade e residência. E na soltura do jornalista Omar Omardine, do jornal Carta de Moçambique.
- j) Após a exposição da violação, o Comando Geral da Polícia voltou a realizar briefings semanais com todos os órgãos de informação. Recorde-se que o Comando Geral decidira apenas dar briefings semanais apenas com a presença da imprensa pública, o que levou o MISA Moçambique a expor a violação, através de um comunicado de Imprensa.
- k) Em Nampula, o MISA Moçambique, núcleo provincial, conseguiu que fosse levantada a proibição o jornalista da Rádio Encontro que tinha sido imposto pelo Comando Provincial da Polícia de não cobrir eventos da Polícia em Nampula.
- l) As intervenções feitas na assistência jurídica são mesmo consequência da implementação desse instrumento antes inexistente. A título de exemplo: em Fevereiro de 2018, o MISA Moçambique contestou e impugnou junto do Tribunal Administrativo o processo de nomeação do PCA da Televisão de Moçambique, Armando Inroga, sem consulta prévia ao Conselho Superior de

Comunicação Social, conforme determina na Constituição da República de Moçambique. Na sequência dessa contestação, em Julho, após a exoneração de Inroga, o governo, pela primeira vez, consultou o Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS) no processo da nomeação dos novos Presidente do Conselho de Administração da Televisão de Moçambique e da Rádio Moçambique, Faruco Sadique e Abdul Naguib, respectivamente.

- m) Um outro resultado importante relaciona-se com o facto de o MISA ter conseguido trazer ao debate as propostas de revisão da legislação de imprensa que se encontrava engavetada no Conselho de Ministros há anos. Dos debates resultou em propostas melhoradas das Propostas da Lei da Imprensa, Lei de Radiodifusão Pública, Estatuto do Jornalista e Carteira Profissional.
- n) As entidades policiais que têm sido indicadas como um dos grupos que tem sido envolvido nas violações das liberdades de imprensa tem vindo a tomar consciência das acções do MISA. O Presidente do Núcleo provincial de Tete, em 2017, reportou que um jornalista que estava a ser vítima de ameaças pela guarda fronteiriça viu a acção da política reduzida quando ameaçou apresentar a denúncia ao MISA.
- o) O mesmo facto aconteceu, em Nampula, quando o Presidente do Núcleo local foi contactado pela Polícia de Investigação Criminal, assim como pelos agentes dos Serviços Secretos para que, no caso do repórter que foi arrancado o telemóvel no âmbito da visita presidencial reportado pelo MISA, tivesse sido mais colaborativo, o que poderia, na visão daqueles agentes, evitado a divulgação massiva do caso e permitir uma solução rápida do problema.
- p) Um acordo entre o núcleo do MISA Moçambique em Sofala e o Presidente do Conselho Municipal da Beira, engenheiro Daviz Simango, levou à extinção do processo judicial contra o jornal Diário de Moçambique, editado na cidade da Beira, capital provincial de Sofala. O processo, cujo julgamento estava marcado, tinha sido movido pelo edil da Beira após o jornal ter publicado pronunciamentos do delegado político da Renamo, em que acusava Daviz Simango de estar a influenciar e comprar organismos internacionais para lhe atribuir prémios. O Jornal Diário de Moçambique, antes de publicar o trabalho, teve o cuidado de ouvir o vereador municipal da Beira, José Manuel, tendo, este, refutado as acusações.
- q) Ainda na Zambézia, por acção do MISA a presidente do Clube de Porto de Quelimane retirou o processo crime que tinha movido contra um jornalista que o acusava de o ter difamado.
- r) A intervenção do MISA na Zambézia resultou na devolução do equipamento de trabalho do jornalista
- s) Arquivado o processo contra dois jornalistas em Inhambane (Hugo Firmino e António Zacarias)

Na área do *direito à informação e monitoria da governação*, registam-se os seguintes resultados:

- a) O Governo, através do CEDIMO, está, desde o ano passado, a aliar as celebrações do Dia Internacional dos Arquivos no contexto da Lei do Direito à Informação, algo que não acontecia antes. Há uma clara apropriação por parte do Governo à Lei do Direito à Informação, afastando-se a ideia de que se trata de uma lei da sociedade civil. Esta assunção, embora ainda não tenha o impacto desejado, não deixa de ser um passo para o resultado desejado.

- b) Face à pressão da sociedade civil (o MISA fez dois pedidos sobre a mesma informação), o Ministério da Saúde publicou toda a informação sobre as doações feitas no âmbito do Covid-19, incluindo outros dados bancários.
- c) Pelo segundo ano consecutivo, o Ministério da Administração Estatal e Função Pública, organizou a conferência conjunta com o MISA, apoiada pela Oxfam, por ocasião do dia mundial do direito à informação. Do evento participaram mais de uma centena de funcionários públicos em representação das instituições do Estado e privadas. Ao assumir celebrações do evento, o governo está a ganhar consciência sobre a importância da disponibilização da informação ao público, o que não deixa de ser um bom resultado, uma vez que um dos maiores problemas para a negação da informação aos cidadãos era a cultura do medo, conforme constatarem os estudos sobre Instituições abertas e fechadas (2016, 2017 e 2018).
- d) Por intervenção do MISA, com recurso ao Código de Cobertura Eleitoral, foi possível afastar dois jornalistas por incompatibilidades. Um, da Rádio Moçambique, na Zambézia, foi flagrado a fazer campanha a favor da Renamo, enquanto o outro, em Nacala-Porto, exercia o jornalismo, como correspondente da DW, mesmo estando no Gabinete de Comunicação e Imagem do Conselho Autárquico de Nacala-Porto. Ambos foram afastados das funções jornalísticas.
- e) No âmbito do projecto da Fundação Thomson Reuters foram produzidas seis investigações que expuseram casos de fugas ao fisco que lesam Estados angolanos e moçambicanos em milhões de dólares. Igualmente, foram denunciados casos de negócio paralelo de câmbio que causa prejuízos ao Estado cabo verdiano.
- f) O MISA registou com agrado o facto de os jornalistas formados em jornalismo de dados já estarem a aplicar o conhecimento adquirido na formação dada pelo MISA em parceria com a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Na sequência dessa formação, um dos participantes² da capacitação publicou e partilhou o artigo escrito como resultados do conhecimento adquirido na capacitação. No artigo o repórter fez uma articulação dos dados de forma a clarificar a problemática resultante das queixas das populações de Mabote-sede, Mussengue e Maculuva, no distrito de Mabote, província de Inhambane, pelo desaparecimento de 17.188.162.80 Meticais pagos pela multinacional SASOL no quadro das compensações pelo abate e destruição de suas benfeitorias. E mostra no artigo através base legal as evidências de que a SASOL procedeu a entrega ao governo do distrito de Mabote, em 2013, de um valor total de 26.117. 65.80 meticais, para efeitos de compensação aos lesados, mas o dinheiro da SASOL gerou conflitos no governo distrital, provincial até ao Fundo Desenvolvimento Agrário, FDA, em Maputo.
- g) Em 2018, o MISA assumiu a liderança do Prémio Nacional de Jornalismo em Administração Pública. Pela primeira vez, foi conseguido um número recorde de candidaturas, o que mereceu um elogio do Ministério da Administração Estatal e Função Pública ao MISA Moçambique. Comparado com os anos anteriores em que apenas tinha havido 11 candidaturas, a partir de 2018 os números cresceram, tendo recebidos 41 candidaturas, em 2018, 15 em 2019 e 20 em 2020.

² O artigo do jornalista António Zacarias intitulado “O Caso Sasol: Sumiu dinheiro das populações”

- h) Foi levada a cabo uma campanha de Educação e Informação aos Cidadãos sobre os mecanismos de acesso à Informação através de infoentretenimento radiofónico. A campanha foi feita através de 18 rádios comunitários em todo o país, beneficiando mais de 1 milhão de cidadãos.
- i) 37 Organizações de Base Comunitária passaram a ter domínio sobre o desenho dos seus planos de comunicação, e redacção de comunicados, posicionamentos públicos e pedidos de informação de interesse público, após a capacitação sobre o uso da Lei do Direito à Informação e de novas Tecnologias de Informação para advocacia em Direitos Humanos e Monitoria de Governação.

Na *pluralidade da radiodifusão pública e migração digital*, o MISA e seus parceiros conseguiram influenciar na adopção de práticas mais consultivas na indicações dos gestores dos órgãos radiodifusão pública e pressionaram, com sucesso, para a revogação de legislação restritiva à pluralidade no sector (o Decreto 40/2018) e através do lobby estão a engajar o governo na agenda de revisão da legislação do sector para se alinhar aos desafios da Migração Digital. A adopção de práticas consultiva fez com que o processo fosse mais inclusivo, beneficiando hoje a cerca de 110 mil cidadãos com acesso a serviços da televisão digital da TMT e cerca de 1 milhão de outros provedores.

Face à pressão da sociedade civil (o MISA fez dois pedidos sobre a mesma informação), o Ministério da Saúde publicou toda a informação sobre as doações feitas no âmbito do Covid-19, incluindo outros dados bancários.

Foi produzido um draft da Lei de radiodifusão, revista as propostas de Lei de Imprensa, carteira profissional e estatuto de jornalista, e submetido às instituições governamentais, nomeadamente o Gabinfo e o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, entidades responsáveis pela revisão da Lei de Imprensa.

Em resultado desse draft, que inclui a proposta da Lei de Radiodifusão, o MISA Moçambique foi convidado a integrar o painel dos revisores da Lei de Imprensa, tendo sido indicado a co-organizar uma conferência nacional, em 2018, para discutir sobre esta revisão.

No dia 27 de Outubro deste ano, o Governo moçambicano aprovou, finalmente a Lei da Comunicação Social, um instrumento que introduz a obrigatoriedade da carteira profissional e define novos princípios e normas aplicáveis ao exercício, anunciou hoje o porta-voz do Conselho de Ministros.

O MISA Moçambique passou a ser um actor bastante reconhecido internacionalmente no capítulo de defesa de liberdade de imprensa, estando a ser constantemente solicitados pelos organismos internacionais como a Freedom House, Repórteres Sem Fronteiras, Comité de Protecção de Jornalistas, American BA association, Amnistia Internacional, Civicus, Unesco, entre outras

Relativamente à *capacitação institucional*, o MISA está operacional, com seus sistemas de gestão administrativa e financeira e prestação de contas a funcionar e conseguiu recuperar o seu prestígio junto aos parceiros, o que se reflecte no financiamento que está a ter para a implementação do PE e os resultados obtidos.

Nesse processo registaram-se alguns constrangimentos relacionados com o fechamento o espaço cívico e a limitação das liberdades de imprensa e de expressão, devido a crises político-económica e social, que estariam directamente levaram ao aumento do autoritarismo do Governo. Estas situações levaram o MISA a adoptar novas estratégias de trabalho, como apostar na formação de jornalistas em matéria de respeito

à boa imagem das pessoas como forma de evitar perseguições através de processos judiciais; a integração do governo e de outros actores nos workshops e actividades do MISA; a criação de um mecanismo de alerta rápido para casos de jornalistas em perigo; a capacitação de jornalistas em assuntos sobre o mapeamento de risco e cobertura jornalísticas em ambientes voláteis; a produção de um manual sobre riscos inerentes a actividade jornalística em zonas de risco; trabalhar com recursos e equipa bastante limitada e a limitações da política de 30%.

Neste processo há lições aprendidas, uma das quais foi a experiência de combinar abordagens de litigação, advocacia e engajamento que se revelou mais eficaz para mobilizar outros actores, como o governo, na implementação da agenda do MISA, o que favorece maior apropriação e eficácia nas acções da Organização.

Lista de acrónimos

MISA	Media Institute of Southern Africa
OSISA	Open Society initiative for Southern Africa
GABINFO	Gabinete de Informação
CEDIMO	Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique
AGIR	Acções para uma Governação Inclusiva e Responsável
AICE	Acesso à Informação e Engajamento do Cidadão
EADI	Educação e Advocacia sobre o Direito à Informação para a Boa Governação e Direitos Humanos em Moçambique
FES	Friedrich Ebert Stiftung
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
TRF	Thomson Reuters Foundation
DAI	Development Alternatives Incorporated
FORCOM	Fórum Nacional das Rádios Comunitárias
SOICO	Sociedade Independente de Comunicação
PCA	Presidente do Conselho de Administração
PRM	Polícia da República de Moçambique
AEJ	Associação das Empresas Jornalísticas
OAM	Ordem dos Advogados de Moçambique
OGE	Órgãos de Gestão Eleitoral
CIP	Centro de Integridade Pública
CEPLF	Comité de Emergência para a Protecção das Liberdades Fundamentais
Renamo	Resistência Nacional Moçambicana
Frelimo	Frente de Libertação de Moçambique
MDM	Movimento Democrático de Moçambique
SERNIC	Serviço Nacional de Investigação Criminal
VTV	Vilankulo Televisão
AHM	Arquivo Histórico de Moçambique
CNG	Conselho Nacional Governativo
ISOC Mozambique	Sociedade de Internet em Moçambique
AG	Assembleia Geral
TVM	

CSCS	Conselho Superior de Comunicação Social
AR	Assembleia da República
COMID	Comissão para a Implementação da Migração Digital
TMT	Transporte, Multiplexação e transmissão
OMR	Organização do Meio Rural
CEC	Centro de Estudos Interdisciplinares

I. INTRODUÇÃO

O MISA-MOÇAMBIQUE, capítulo moçambicano do Instituto de Comunicação Social da África Austral, é uma organização da sociedade civil moçambicana fundada, em 2000, com o objectivo de criar um ambiente de media caracterizado pela liberdade, pela independência, pelo pluralismo, pela sustentabilidade, competência e por um compromisso/responsabilidade permanente perante a Sociedade.

O MISA trabalha, ao nível nacional, em diversos propósitos, destacando-se os seguintes: i) garantir que a imprensa trabalhe num ambiente livre e independente de quaisquer interesses estranhos à sua missão; ii) a existência do pluralismo de pontos de vista e de opinião expresso através de vários tipos de media; iii) assegurar o pleno acesso à informação aos cidadãos, a partir dos media, assim como o seu uso para a expressão de ideias.

É missão do MISA promover e desenvolver um ambiente de Liberdade de Expressão e de Imprensa, acesso à informação, pluralismo de pontos de vista e de opinião, competência e sustentabilidade financeira e criar um ambiente no qual todos os sectores da sociedade usam os media para as suas próprias necessidades. Essa missão pretende materializar a visão de criação de um ambiente de media na região da África Austral que seja caracterizado pela liberdade, pela independência, pelo pluralismo, pela sustentabilidade, competência e por um compromisso/responsabilidade permanente perante a sociedade.

Para a materialização da sua missão, ao longo da sua existência, o MISA-Moçambique implementa diversas actividades no sentido de:

- Influenciar os decisores políticos e a opinião pública para a necessidade de assegurar a liberdade de expressão, o direito à informação e a diversidade no domínio da radiodifusão;
- Assegurar que a sociedade civil e os decisores políticos estejam suficientemente mobilizados e engajados na luta pela defesa da liberdade de imprensa na região da África Austral e, em Moçambique, em particular;
- Garantir o profissionalismo no exercício dos media e de assegurar o compromisso/responsabilidade desta perante a sociedade;
- Garantir a promoção de uma cultura caracterizada pela busca incessante da informação e pelo acesso às fontes (sobretudo oficiais) de informação;
- Assegurar que a liberdade de imprensa seja atingida também pela via de acções legais estratégicas;

Desde 2016, o MISA Moçambique tem funcionado em parceria com o programa AICE, actualmente gerido pela Oxfam, e outros parceiros como a OSISA, UNESCO, TRF e, mais recentemente, a Counterpart e Medicus Mundi. O Programa AICE permitiu que o MISA se reconstituisse e voltasse a desempenhar o papel que norteou a sua criação: proteger os jornalistas e os respectivos órgãos de informação dos ataques de actores hostis à imprensa; tendo tido um forte reforço com os Projectos Implementados com a OSISA, desde 2017. Trata-se de duas parcerias que cobrem grande parte das actividades e despesas administrativas do MISA Moçambique, colocando-se no plano de parceiro indispensável.

Nos últimos anos, o MISA Moçambique vem operando num contexto de crises político-militar e do processo de pacificação entre o Governo e a Renamo; económica, resultante de corrupção e descoberta de dívidas ocultas, o que levou à retirada dos doadores; conflito armado em Cabo Delgado, envolvendo as forças armadas e grupos terroristas; e mais recentemente, da pandemia de Coronavírus que levou o Governo a decretar o Estado de Emergência, limitando o exercício de alguns direitos, reflectindo-se

também na actuação da imprensa. Esses factores são responsáveis pelo aumento de autoritarismo do Estado, através do seu governo. Em contextos como estes torna-se desafiante o exercício de jornalismo.

O relatório está estruturado em 13 subcapítulos, nomeadamente: 1) Sumário Executivo, 2) Plano Estratégico do MISA, 3) contexto de resultados; 4) análise de riscos; 5) Pilar 1: Liberdade de Imprensa e de Expressão; 6) Pilar 2: Direito à Informação e Boa Governação, Respeito pelas Liberdades Democráticas e Cidadania Responsável; 7) Pilar 3: Diversidade no Domínio da Radiodifusão e Tecnologias de Informação e Comunicação; 8) Pilar 4: Conhecimento do Quadro Legal e Ético da Comunicação Social por parte dos seus Profissionais; 9) Pilar 1: Desenvolvimento Institucional; 10) Aspectos transversais; 11) constrangimentos e desafios; 12) Lições aprendidas; 13) conclusões.

II. O PLANO ESTRATÉGICO DO MISA

O Plano Estratégico do MISA está estruturado em cinco pilares fundamentais que respondem ao igual número de objectivos programáticos. É com base nos resultados estruturados nesses pilares, conforme se apresentam abaixo, que o MISA-Moçambique implementou o seu plano de actividades 2020.

Objectivo Geral:

Promover e defender a liberdade de expressão e de imprensa, garantindo a livre circulação da informação, o respeito pelos direitos humanos e uma governação transparente e inclusiva.

Resultado Geral:

- Um contexto nacional dos media caracterizado pelo exercício da liberdade de imprensa, diversidade, pluralismo, qualidade nos conteúdos, promotora dos direitos humanos, de uma governação transparente e participativa. Até ao final da implementação do Plano Estratégico, 2021, o MISA-Moçambique deverá implementar e alcançar os seguintes resultados, conforme cada um dos pilares estratégicos:

Pilar 1 – Liberdade de expressão e de imprensa

- Objectivo específico (outcome): Reduzir o número de ocorrências de casos de violações das liberdades de imprensa e de expressão.
- Resultado específico: Reduzido o número de casos de violações das liberdades de imprensa, permitindo que os jornalistas realizem o seu trabalho num ambiente livre de violações e pressões

Pilar 2 – Direito à Informação e Jornalismo Investigativo Monitoria à Governação

- Objectivo específico (outcome): Promover uma maior intervenção dos media na promoção de uma cultura de abertura nas instituições públicas e no uso da lei do direito à informação para a monitoria da governação através do jornalismo investigativo;
- Resultado específico: Cidadãos e cidadãs participando activamente e usufruindo de uma governação transparente e responsável, através de um pleno acesso à informação que os levem a participarem e usufruirmos dos seus direitos de cidadania

Pilar 3 - Diversidade no Domínio da Radiodifusão e Migração Digital

- Objectivo específico (outcome): Garantir que a radiodifusão pública seja gerida de forma profissional, produzindo informações de qualidade, diversificada, inclusiva e plural, no quadro da migração digital em Moçambique
- Resultado específico: Radiodifusão pública gerida, profissionalmente, num contexto em que a transição do sistema analógico ao digital é orientado em prol de uma informação diversificada, inclusiva e plural

Pilar 4: Conhecimento do Quadro Legal e Ético da Comunicação Social por parte dos seus profissionais

- Objectivo específico (outcome): Garantir o exercício responsável da actividade do jornalismo, em obediência à legislação, regulamentos e aos princípios de deontologia e profissionais;
- Resultado específico: Profissionais de Media exercendo a profissão com conhecimento da Lei , do Estatuto e da Ética e Deontologia do Jornalista

Pilar 5: Desenvolvimento Institucional

- Objectivo específico (outcome): Assegurar uma administração adequada e eficiente do MISA, baseada na transparência, na prestação sistemática de contas e no pleno funcionamento dos seus órgãos democráticos
- Resultado específico: MISA activo em pleno funcionamento, no respeito da lei e dos seus regulamentos internos.

OS GRUPOS ALVO: (i) beneficiários [rights-holders] e (ii) duty-bearers;

1.1 Beneficiários directos (rights-holders)

Para os programas específicos sobre as liberdades de imprensa e a melhoria da actuação dos seus profissionais para a qualidade de informação produzida, constituirão beneficiários directos das acções do MISA, os seguintes:

- Empresas de comunicação social
- Jornalistas
- Gestores de empresas de comunicação social
- Pesquisadores e professores de jornalismo
- Estudantes de jornalismo
- Governo
- Parlamento
- Organizações da Sociedade Civil

Para as questões específicas ligadas ao acesso à informação, constituirão beneficiários directos:

- Organizações da sociedade civil de base local que trabalham na área da governação e advocacia sobre os Direitos Humanos;
- O governo central, local e municipal
- Cidadãos em geral

1.2 Detentores de deveres (duty-bearers)

- COMID/TMT – Migração Digital
- GABINFO – Gabinete de Informação
- CSCS - Conselho Superior de Comunicação Social

- AR – Assembleia da República (Comissão para assuntos de sociais, do género e tecnologias e comunicação social)

III. CONTEXTO DOS RESULTADOS ATÉ 2020

Moçambique é ainda um dos países com os mais altos índices de percepção de corrupção, baixos níveis de transparência na governação e um baixo índice de desenvolvimento humano, tudo isto manifesta-se através de baixos níveis de acesso e prestação de serviços públicos. Um sistema autoritário de governação permeia a sociedade com um partido governante dominante que procura controlar todos os aspectos da vida pública e empresarial e restringir a liberdade de imprensa. Os resultados das eleições de 15 de Outubro de 2019, as piores eleições da história³ da democracia moçambicana, indicaram que a Frelimo reforçou a sua posição, tornando-se o partido no poder mais dominante. Derrotou a oposição, amealhando mais de 70% dos votos⁴. O processo eleitoral foi caracterizado por uma elevada violência eleitoral, incluindo mortes. Os agentes da polícia, membros das mesas de voto e da Comissão Nacional Eleitoral desempenharam um papel decisivo para a esmagadora vitória da Frelimo, de acordo com observadores nacionais e internacionais.

Uma das vitórias históricas das organizações da sociedade civil - nas quais o MISA Moçambique desempenhou um papel crucial - foi a aprovação, em Dezembro de 2014, da Lei sobre o Direito à Informação. É consensual que a existência da lei por si só não represente um fim em si, mas sim um meio pelo qual os cidadãos podem exigir os seus direitos, o que exige o conhecimento e domínio da lei e o cumprimento desta por todos os actores, seja a nível governamental, da sociedade civil ou do cidadão.

O espaço de actuação dos media tornou-se cada vez mais reduzido com forte controlo do partido no poder sobre os órgãos públicos e alguns privados ao longo do tempo. Os potenciais obstáculos e desafios para os media continuam os mesmos: o ambiente político juntamente com a tendência autoritária do regime político moçambicano causada pelos três principais factores, com destaque para:

- a) O conflito e crise humanitária em Cabo Delgado: A intensificação do conflito armado envolvendo extremistas islâmicos e as Forças de Defesa e Segurança está a atingir contornos preocupantes. As forças armadas estão aparentemente a perder controlo da situação, o que aumenta o clima do medo sobre a cidade de Pemba, capital de Cabo Delgado, e de alerta em todas as províncias do norte de Moçambique (Niassa e Nampula). O resultado disso é o aumento do número de deslocados de guerra, causando uma crise humanitária em Cabo Delgado e em Nampula. Este ambiente torna perigoso o exercício de jornalismo, visto por militares como uma actividade inimiga. A partir do ano 2017 começam-se a reportar casos de detenção e de confiscação de equipamentos de trabalho de jornalistas. Igualmente, assistiu-se um novo fenómeno: jornalistas obrigados a fornecer seus emails e as respectivas senhas, em flagrante violação da sua privacidade. A 7 de Abril deste ano foi sequestrado, em plena vila de Palma, o jornalista e locutor da rádio e televisão de Palma, Ibraimo Mbaruco.

³ Ver análise de Joseph Hanlon (2019). "Foram as piores eleições de sempre de Moçambique". Disponível em <https://www.dw.com/pt-002/foram-as-piores-eleicoes-de-sempre-de-moambique-diz-investigador-britnico/a-50876399>

⁴ Ver também o relatório da MOE UE 2019, acessível em https://eeas.europa.eu/election-observation-missions/eom-mozambique-2019/70157/moe-ue-moambique-2019-apresenta-suas-observacoes-sobre-as-ultimas-fases-do-processo-eleitoral_en

- b) O processo de desmobilização dos homens armados da Renamo e o conflito interno dentro da própria Renamo: O processo de desarmamento está a ocorrer num meio de uma incerteza devido ao conflito interno no seio da Renamo, em que o general Mariano Nyongo e uma elite armada da Renamo não reconhecem Ossufo Momade como líder do partido. Embora o processo esteja em curso, os ataques continuam. Em zonas de conflito, as liberdades de imprensa de expressão não são plenamente exercidas.
- c) Corrupção e impunidade: Nota-se que, desde a crise de dívidas ocultas, a liberdade de imprensa e de expressão têm vindo a ser controladas pelo poder político. Este factor, embora previsível, não era esperado que as suas consequências afectassem a liberdade de imprensa e de expressão nas dimensões que se tem assistido. O Governo legalizou as dívidas ilegais, uma decisão que não estava nas previsões dos moçambicanos. A Imprensa e a Sociedade Civil desencadearam uma série de debates e trabalhos visando a reversão da decisão. O Governo incomodou-se e intensificou a vigilância sobre a imprensa e sobre as organizações da sociedade civil, tal como se assistiu com o Fórum dos Orçamentos. O ambiente criado não apenas intimidou as organizações como também a comunicação social.
- d) Surto de Covid-19 e Declaração do Estado de Emergência: A declaração do Estado de Emergência pelo Governo veio aumentar o autoritarismo do Estado e conseqüentemente, os abusos de liberdade de imprensa e de expressão. Foram reportados quatro casos de jornalistas detidos dentro desse período. Três na cidade da Beira e um em Maputo (Vide a lista os casos abaixo).
- e) Aumento de autoritarismo: Este factor está expressamente relacionado aos factores acima referidos, que são responsáveis pelo autoritarismo do Governo. Desde que iniciou o mandato do Presidente Nyusi, em Fevereiro de 2015, Moçambique tem vindo a registar queda nos principais indicadores da medição da qualidade de democracia, tendo-se tornado a partir de 2019, um país autoritário, de acordo com Democracy Index (2019). São medidos quatro indicadores nomeadamente a) pluralismo e processo eleitoral, b) funcionamento de governo, c) participação política, d) cultura política e) liberdades civis. O autoritarismo não pode ser dissociado do ambiente de corrupção, na medida em que, regra geral, onde predominam actos de corrupção, crime organizado, entre outros fenómenos nefastos à sociedade, há sempre tendência de radicalização dos actores envolvidos.

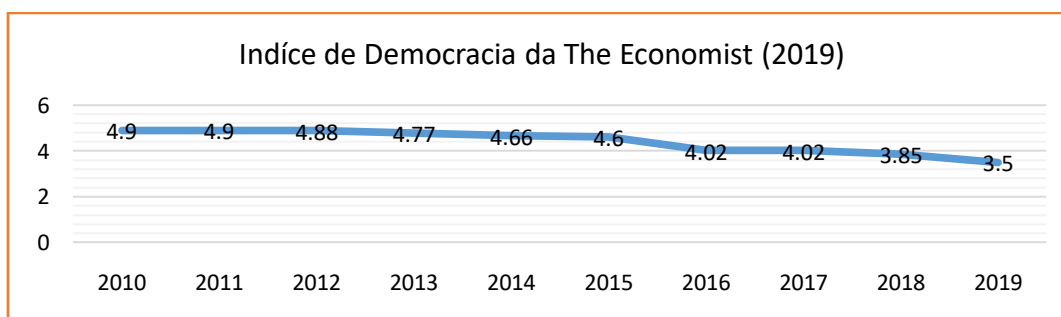


Gráfico nº1. Evolução de Moçambique no índice de democracia

Esses factores influenciaram directamente o ambiente de liberdade de imprensa em Moçambique. Durante as eleições autárquicas de 2018 assistiu-se um elevado número de casos de violações liberdade de

expressão e forte controlo dos órgãos de comunicação social e dos respectivos jornalistas pelo poder político, através, seja de Gabinho, assim como do poder político e económico. A actuação do partido Frelimo, no poder, sobre os media e seus fazedores, através dos seus dirigentes, polícias e militares foi disso exemplo. Nas eleições de 2019 os casos decresceram. Ainda não existe explicação exacta, se este cenário deveu-se à intervenção do MISA ou simplesmente porque a imprensa já tinha sido capturada financeiramente economicamente pelo partido no poder.

Desde 2010, os rankings que medem a liberdade de imprensa mostram este ambiente nebuloso onde operam os profissionais da comunicação social no país. Nessas classificações, Moçambique foi seguindo as tendências dos outros rankings acima descritos, conforme se pode observar na tabela a seguir.

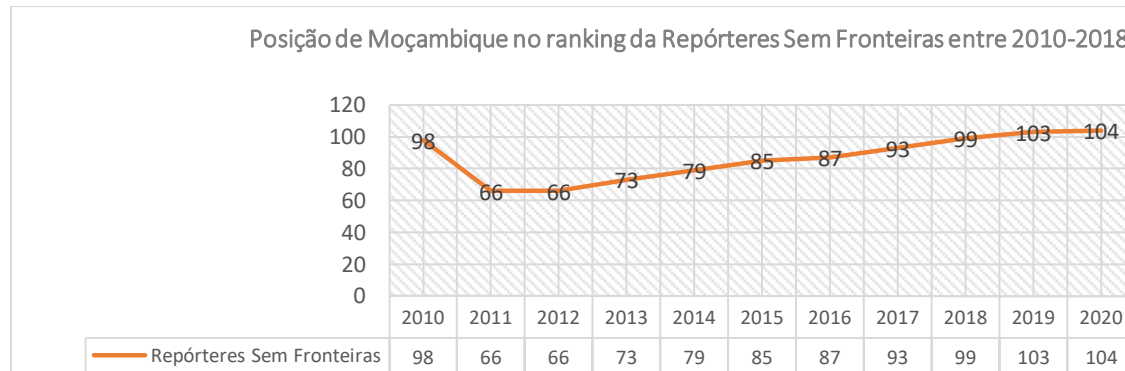


Gráfico nº2. Situação de Moçambique no ranking sobre Liberdade de Imprensa da RSF

ANÁLISE DO RISCO

Conforme a classificação, o impacto negativo dos riscos sobre o MISA é baixo, não tendo influenciado negativamente as suas actividades. O risco da sustentabilidade do MISA em virtude da sua dependência da Oxfam IBIS está a ser mitigado e minimizado com projectos desenhados e parcerias com outras organizações. Ao longo do ano passado, o MISA conseguiu aprovar e iniciar um projecto com a OSISA, ao mesmo tempo que iniciou uma parceria com Medicus Mundi. Igualmente, está a implementar uma série de iniciativas inovadoras e actividades em parcerias com diversas Organizações como a FES, UNESCO, Thomson Reuters Foundation e com a Counterpart International.

Em 2019, foi constituído o consórcio de organizações envolvendo MISA, Sekelekani e Forcom, visando a concepção e implementação de iniciativas e projectos conjuntos.

Os restantes riscos continuam apresentando níveis de ameaça baixos, não constituindo grandes preocupações. O MISA continuará com as acções de mitigação e monitoria dos riscos definidos no ano passado.

Riscos	Nível de impacto sobre a organização			Plano de mitigação
	Baixo	Médio	Alto	

<p>Dívidas com os trabalhadores que possui uma sentença em julgado e que resulta em momentos de pressão dos trabalhadores à equipe executiva, assim como na concentração de esforço de angariação de fundos para a implementação de acções programáticas pelas dívidas do MISA. Até finais de 2018, pelos menos um trabalhador viu a sua dívida liquidada. Este factor dificultava a gestão do MISA dado que tinha de recorrer a memorandos com o CODD para a sua gestão financeira, assim como a gestão dos seus recursos humanos. Este risco reduziu drasticamente e é até quase nulo, porque, entre 2016 e 2018, o MISA conseguiu liquidar 65% das dívidas (826.367,98 MT de total de 1.282.473 MT), faltando por saldar uma dívida de 456.105,02 MT (35%), em resultados de actividades de prestação de serviços para o pagamento da mesma dívida.</p>				<p>Foi assinado um memorando de entendimento com o CODD em vista a garantir o alojamento do MISA no seu escritório e a partilha de conta bancária. O MISA angariou fundos para saldar a dívida e isso permitiu que fosse saldada a dívida em cerca de 80%</p>
<p>Baixo nível de participação dos membros dos órgãos sociais, sobretudo nos núcleos provinciais na prestação de contas e desenho de iniciativas para a angariação de projectos a nível local, o que dificulta a rápida liquidação da dívida e maior intervenção do MISA ao nível das províncias.</p>				<p>Capacitados os núcleos provinciais em matéria de desenho e implementação de programas</p>
<p>Baixa credibilidade dos doadores devido à crise de gestão que levou ao encerramento do MISA em 2011. Este factor fazia com que os doadores tivessem algum receio em injectar qualquer tipo de apoio ao MISA.</p>				<p>Apostamos na partilha e divulgação máximas das actividades do MISA, o que contribuiu para a melhoria da imagem do MISA, pós crise.</p>
<p>A dependência do Programa AGIR para o funcionamento do MISA, assim como para o seu desenvolvimento institucional. Neste contexto, a interrupção do apoio financeiro pela OxFam IBIS pode levar o MISA a encerrar as portas</p>				<p>Realizámos encontros com doadores e desenhámos projectos para a mobilizar mais parceiros para apoiar as actividades do MISA-Moçambique</p>
<p>Uma elevada cultura autoritária, fraca cultura de diálogo e concentração de poder político e económico numa elite política e empresarial ligada ao partido Frelimo, facto que eleva o risco de interferência editorial e de crimes contra jornalistas.</p>				<p>Engajámos os actores ao diálogo sobre os problemas dos media e a importância da informação em Moçambique e capacitámos jornalistas sobre riscos de cobertura em ambiente volátil e sobre o respeito aos direitos da jornalista</p>
<p>Pouco interesse dos/as jornalistas em participar nas actividades de formação, inibe-os de ter acesso a conhecimentos e habilidades úteis ao respeito dos princípios fundamentais do exercício dos direitos e liberdades fundamentais. A falta de conhecimento leva-os a cometer erros evitáveis e em alguns casos que resultam em processos judiciais.</p>				<p>Um diálogo permanente com as estruturas de gestão das empresas sobre a importância da formação</p>
<p>Número reduzido de jornalistas de sexo feminino disponíveis para se beneficiarem das actividades do MISA</p>				<p>Foi continuado o diálogo permanente com as estruturas de gestão das empresas sobre a importância de assumirem uma abordagem sensível ao género tanto internamente assim como a mulher é retratada.</p>

IV. RESULTADOS DETALHADOS POR PILARES

PILAR1: LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA

Objectivo: Reduzir o número de ocorrências de casos de violações das liberdades de imprensa e de expressão.	
Resultado: Reduzido o número de casos de violações das liberdades de imprensa, permitindo que o/as jornalistas realizem o seu trabalho num imune de violações e pressões	
<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • % de jornalistas exercendo a sua profissão em respeito aos limites legais das liberdades de imprensa e em respeito aos direitos à honra e imagem dos actores reportados; • % de processos judiciais levantados e julgados contra jornalistas; • % de actores responsabilizados por violarem jornalistas; • % vítimas de ameaças e violência física • % de censura dos jornalistas por governantes • % de órgãos de informação social encerrados ilegalmente • Tipo de legislação ou partes da legislação aprovada ou introduzidas em benefício ou prejuízo da liberdade de imprensa • % de instituições nacionais e internacionais engajadas na defesa das liberdades de imprensa e expressão 	
Acções Planificadas para 2020	Realizada ou Não realizada
Desenhar uma base de dados e metodologias sistematizadas de monitoria das liberdades de imprensa e emissão de alertas em casos de violações das liberdades de imprensa e de expressão	SIM
1. Realização de uma conferência por ocasião do dia Mundial da Liberdade de Imprensa para a partilha com os actores relevantes sobre a situação das liberdades de imprensa em Moçambique (03 de Maio)	Sim ⁵
2. Produzir e divulgar o relatório anual do MISA sobre a Liberdade de Imprensa 2019	Sim
3. Levantar processos judiciais contra entidades e pessoas que violam liberdades dos jornalistas	Sim
4. Monitorar e denunciar os casos de violações das liberdades de imprensa e de expressão	Sim
Capacitar uma rede de activistas para a monitoria das liberdades de imprensa, em todo o País	Sim
Produzir um regulamento de acesso ao apoio jurídico do MISA em casos de violações das liberdades de imprensa	Sim

⁵ As comemorações do dia Mundial das Liberdades de Imprensa foram adiadas, a nível global, para Dezembro, devido a Pandemia da Covid-19, sendo que o MISA realizou algumas acções de advocacia, conforme o descrito mais abaixo.

5. Garantir o apoio jurídico e protecção aos jornalistas em casos de violações das liberdades de expressão	Sim
6. Treinar jornalistas sobre segurança e protecção para trabalhar em ambiente volátil	SIM
Produzir materiais de informação e educação (IEC) aos governantes, dos magistrados, militares e política a para um maior respeito pelas liberdades de imprensa e o respeito aos direitos fundamentais	Não
7. Capacitar os jornalistas sobre os usos e limites das liberdades de imprensa e o respeito aos direitos de personalidade e imagem das entidades e protecção de vítimas de violações de direitos humanos.	Sim
8. Produzir Manual de segurança e protecção para jornalistas	Sim
9. Criar Linha Verde com botão de alerta para jornalistas em situações de riscos	Sim
10. Fortalecer as redes de solidariedade com as organizações locais e regionais de direitos humanos para alertar, pressionar e ajudar os afectados	Sim
11. Realizar o lançamento do Barómetro dos Media	Sim ⁶

Ao longo dos três anos (2017-2020) foram implementadas todas as actividades, com excepção das actividades 6, não foram realizadas devido ao surto de Covid-19, mas já prevista para 2 de Novembro do ano em curso. Trata-se de actividade financiada pela OSISA, cujo plano foi extendido até ao final do ano, sem custos administrativos.

Como forma de contribuir para a redução dos níveis de violações, através de advocacia baseada em casos concretos, em 2016, o MISA actualizou a base de metodologias de monitoria das libardades de imprensa e de expressão, assim como desenvolveu os seus indicadores e as respectivas categorias de violações. Como resultado, foram produzidos cerca de 60 comunicados e intervenções directas e quatro relatórios de base que reportam as situações das violações das liberdades entre os anos 2017 e 2020. Os relatórios foram amplamente difundidos por diversa plataformas em todos o País, tendo alcançado um unvierso estimado em mais de 200 mil pessoas. Os documentos foram difundidos na página web do MISA, newsletter e através de outras páginas webs de diversas organizações que publicaram os mesmos relatórios, disponíveis em Google. Estes relatórios têm sido fontes principais e os documentos fundamentais usados pelas entidades nacionais e pelo próprio MISA para medir as liberdades de imprensa

⁶Este ano, a actividade foi reestruturada devido a pandemia da Covid-19, a ser feita em formato de webinar.

e de expressão. Na mesma altura, foi desenvolvida uma plataforma online de denúncia de violações, cuja implementação não foi plena devido a exiguidade de fundos para o efeito. Todavia, a sistematização e estabelecido de um sistema de monitoria das liberdades de imprensa e de expressão permitiu que fosse possível a identificação e denúncias, em tempo real de casos de violações de Liberdade de Imprensa.

A revisão dos instrumentos de monitoria e a formação dos monitores em 2017 não apenas permitiu a percepção sobre os tipos de violações, reflectindo-se na flexibilidade na identificação e denúncia de casos de violações, como também a produção de um regulamento de acesso ao apoio jurídico do MISA em casos de violações das liberdades de imprensa e a capacitação de 10 activistas para a monitoria das liberdades de imprensa, em todo o País, todos do sexo masculino, presidentes dos núcleos provinciais eleitos nas suas respectivas províncias. A criação destes instrumentos e a capacitação de activistas permitiu a identificação e classificação das violações, o que, conforme notámos, resultou na tendência crescente dos casos de violação. O aumento de casos denunciados pode ser interpretado em duas perspectivas: 1) ou há aumento dos casos devido ao contexto político, económico, social e religioso, 2) ou então é resultado da revisão de metodologias, porque melhorou a capacidade detectar e de recolher os dados ao nível das províncias, ou seja, essa accção teve como um dos seus resultados a melhoria das capacidades institucionais do MISA-Moçambique na recolha de todas as formas de violações, o que tem permitido desencadear acções de advocacia e uma máxima divulgação das violações da imprensa, a nível nacional e internacional.

Igualmente, o MISA criou, em 2020, um botão de alerta, uma plataforma a partir do qual os jornalistas poderão emitir alertas sobre ameaças à sua integridade física ou sobre qualquer tipo de ameaça. A plataforma está ainda em processo de teste para a posterior divulgação.

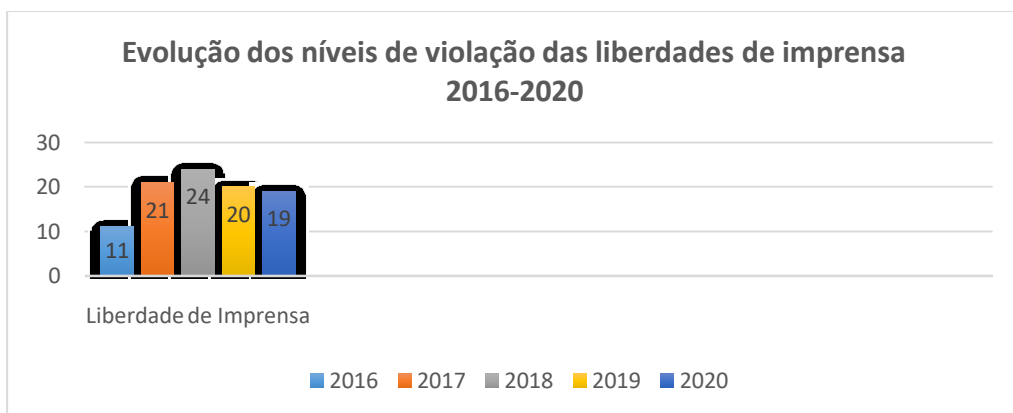


Gráfico nº3. Níveis de violação de Liberdade de Imprensa 2016-2020

Conforme se pode observar no gráfico acima, o MISA registou com elevada preocupação, o aumento substancial das violações de liberdade de imprensa e de expressão nos últimos três anos, quando comparados com a média dos casos registados entre 2010 e 2015 (8 casos anuais). Ao todo, foram notificados 95 casos de violação de Liberdade de Imprensa e de Expressão.

Excepto o presente ano (2020), as actividades relativas a 3 de Maio foram todas realizadas. Este ano, devido ao Covid-19, o MISA optou por emitir um “documento de posição” no qual apelava ao Estado para pôr termo à perseguições e atentados contra Jornalistas em Moçambique. O documento foi partilhado pelas plataformas (email list e pelo facebook) do MISA Moçambique. Estes produtos alcançam milhares de leitores entre decisores, membros de partidos políticos, académicos, parceiros e o público em general.

Participantes da Conferência Dia Mundial da Liberdade de Imprensa 2017-2020			
ANO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
2017	31	68	99
2018	a)	a)	Mais de 400
2019	31	72	103
2020 ⁸			

Tabela nº1. Número de participantes nas conferências anuais do Dia Mundial de Liberdade de Imprensa

- a) Todas as províncias realizaram conferências alusivas a data e, por isso, não foi possível as províncias enviarem listas de presenças que permitissem aferir o número total de participantes e a sua distribuição por sexo.

⁷ Os dados de 2020 são referentes a Janeiro e Outubro de 2020

⁸ Actividade adiada para Dezembro em virtude de eclosão do Covid-19.

A plataforma email list tem um total 604 subscritores que recebem as publicações do MISA. Ao longo dos três anos a página do MISA teve 5.884 visitantes. Este número de visitantes é bastante reduzido, mas tal se deve ao facto de que entre Novembro de 2017 e Agosto de 2019, a página sofreu sucessivos ataques no CIUEM que a corromperam e impossibilitaram colecta de dados. Porém, a maior audiência do MISA foi através do Facebook, onde tem uma média anual de 20 mil internautas alcançados. Só este ano, até Agosto de 2020, a página do Facebook do MISA tinha alcançado 54 mil internautas em 41 publicações (ver tabela nº3). O MISA tem partilhado as suas publicações através de watsaap em diversos grupos.

	2017	2018	2019	2020 (Até 13 de Agosto)	Total
Publicações	39	17	45	41	142
Alcance	1.703	1.459	23.159	54.023	20.086 (média)
Reacções	482	380	2.959	6.859	10.680

Tabela nº2. Número de participantes nas conferências anuais do Dia Mundial de Liberdade de Imprensa

Durante os 3 anos foram capacitados 109 jornalistas (87 homens e 22 mulheres) sobre os usos e limites das liberdades de imprensa e o respeito aos direitos de personalidade e imagem das entidades, mais 9 acima da meta prevista (100 jornalistas).

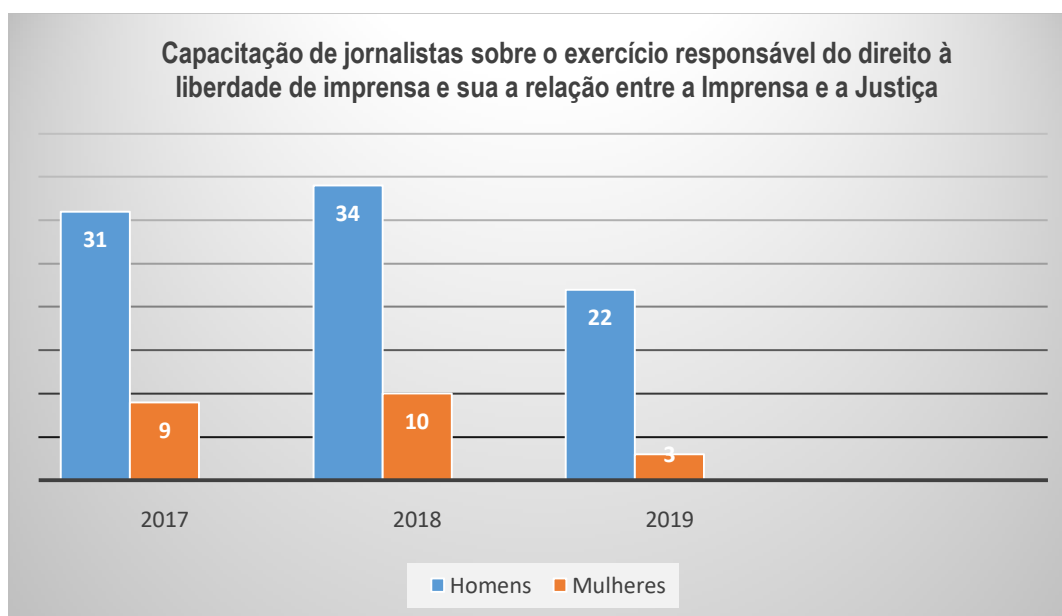


Gráfico nº4. Jornalistas capacitados sobre exercício responsável do direito à Liberdade de Imprensa

Foi garantido apoio jurídico para 14 casos judiciais, cinco em 2017 e três em 2019. O primeiro caso, deu-se em 2017, em que o MISA apoiou o jornalista Estácio Valoi, providenciando assistência jurídica a iniciar um processo crime contra agentes da polícia que o detiveram, retiveram o seu equipamento de trabalho e apagaram as fotos que ele havia tirado, referente às comemorações de 7 de Abril. No mesmo ano, mais dois casos, em que o MISA providenciou apoio jurídico ao Presidente do Núcleo Provincial de Nampula para uma audição em processo em que era declarante. No mesmo ano, o MISA interveio nos processos contra o Magazine e o Canal de Moçambique, em que eram acusados de calúnia e difamação, alocando um advogado para os defender. Ambos os jornais viriam a ser ilibados, em 2017 e 2018, respectivamente, o que constitui vitória para MISA, para a imprensa no geral e para a democracia. Igualmente, apoiou o jornal Savana num processo antigo.

Ainda em 2017, o MISA interveio em dois processos, que viriam a ser arquivados contra os jornalistas Hugo Firmino (TVM) e António Zacarias (Magazine Independente), acusados de calúnia e difamação.

Em 2018, embora tenham sido elevados os números de violações, não houve casos de jornalistas que solicitaram uma intervenção jurídica. Uma intervenção jurídica do MISA só pode ser feita mediante a solicitação ou concordância das vítimas. A maior parte das vítimas mostrou-se disposta a avançar com processos judiciais contra os seus infractores. No entanto, nunca chegaram a acionar o MISA, mesmo perante nossa insistência. Pode-se citar os casos de agressão física brutal pelos gestores de Super Marés ao câmara-man da Stv, Matuassa; do repórter de Stv em Sofala, Francisco Raiva; do repórter de imagem da Mira Mar, em Chimoio; da ameaça ao jornalista e correspondente da Zitamar News em Tete, Fungai Caetano, em Tete, entre outros.

No ano seguinte, 2019, três processos necessitaram da intervenção do MISA nomeadamente o Caso Amade Abubacar e Germano Adriano, jornalistas detidos pelas forças armadas acusados de colaborar com terroristas em Cabo Delgado; o caso Zito de Rosário, director editorial do jornal Txopela, publicado na Zambézia, que foi processado por antigo vereador municipal de Quelimane, acusando-o de o ter caluniado e difamado.

Em 2020, há mais dois casos: Canal de Moçambique, processados por antigo general da Luta de Libertação Nacional (Atanásio Mtumuke) que acusa o jornal de crime de segurança do Estado contra o Estado, por ter divulgado contrato confidencial entre as forças armadas e as petrolíferas Total e ENI para a protecção das suas plataformas de gás. O outro caso em que o MISA interveio está relacionado com o

desaparecimento de Ibraimo Mbaraco, a 7 de Abril deste ano. O MISA apoiou a família na abertura do processo contra desconhecidos.

Ainda este ano, o MISA fez uma intervenção em assistência jurídica levaram à soltura dos três jornalistas, dois dos quais: Arsénio Sebastião e Jorge Malangaze, acabaram não sendo acusado por falta de provas. O MISA Moçambique já tinha emitido um comunicado a mostrar que eles estariam a ser alvo de uma armadilha montada pelo proprietário do Estabelecimento Hoteleiro, Manuel Ramissone. Os jornalistas foram soltos dois dias depois por falta de provas, o que consubstancia uma nova tática usada para atacar jornalistas que investigam corrupção. Igualmente, a intervenção do MISA em assistência jurídica teria resultado em libertação mediante o termo de identidade e residência. A outra intervenção resultou na soltura do jornal Omar Omardine do jornal Carta de Moçambique.

Neste momento, o MISA Moçambique está a intervir no processo de recuperação de bens do Canal de Moçambique após ter sofrido incêndio de fogo posto levado à cabo por desconhecidos. Já estão garantidos dois acordos com Oxfam Ibis e a OSISA, para reposição de equipamento de trabalho e a reabilitação das instalações do jornal.

Ainda no quadro de engajamento de actores fundamentais nas acções de protecção e garantia do exercício de liberdade de imprensa e de expressão, assim como no combate à impunidade contra os crimes de imprensa, o MISA Moçambique realizou, em parceria com a UNESCO, em 2018, um workshop direccionado ao sector judiciário e aos media, sendo que foram capacitados 44 os participantes, entre juízes, procuradores, advogados e jornalistas. Destes 21 foram do sexo feminino e os restantes 23 do sexo oposto. recepção de uma denúncia através da plataforma, o que constitui um resultado encorajador.

Tabela 1 - Distribuição de participantes por sexo e idade do workshop sobre justiça e imprensa

Discrição	Datas de realização	Total	F	M
Workshop de capacitação "A relação entre a imprensa e a justiça: questões cruciais tratamento de matérias criminais e o exercício responsável da liberdade de imprensa	6-9/2017	44	23	31

Tabela nº3. Participantes do evento sobre justiça e imprensa

Neste semestre foram concluídos dois instrumentos fundamentais para a actividade e segurança de jornalistas em zonas de conflito armado, nomeadamente o Manual de Segurança de Jornalistas e o Botão de alerta para jornalistas em situação de perigo eminente. Os dois instrumentos foram distribuídos pelos jornalistas durante a capacitação em matéria de cobertura jornalística em ambientes voláteis, realizada em Pemba, onde participaram 27 jornalistas e editores (23 homens e 4 mulheres). Estes instrumentos irão reforçar não só a segurança dos jornalistas nas zonas de conflito, como identificar focos de possíveis violações de liberdade de expressão e de imprensa.

Nestes anos, o MISA em parceria com a Fundação Friedrich Ebert (FES) lançou dois barómetros dos media, documentos que avaliam o estágio dos media em Moçambique.

Ao longo do período em análise, o MISA estabeleceu parcerias com diversas organizações da Lusofonia, através da CIVICUS, uma organização não governamental sediada em Joanesburgo, CIP, OMR, Ordem dos Advogados de Moçambique, Joint, Fundação Friedrich Ebert, UNESCO, etc.

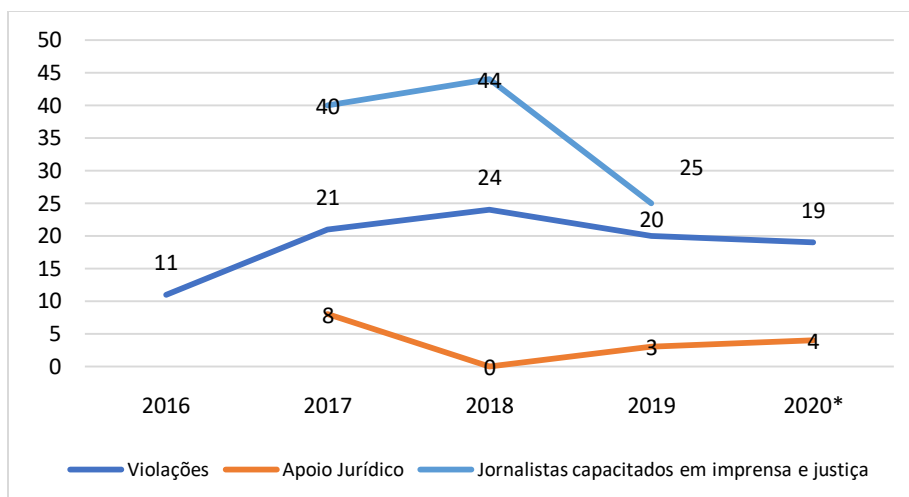
Um olhar aos indicadores

Todas as actividades do MISA, neste pilar, concorriam para redução das violações de liberdade de imprensa, permitindo que os jornalistas exercessem a sua actividade livres de qualquer tipo de pressão.

Ao longo deste período foram capacitados 109 jornalistas, o que faz com que neste momento tenhamos em todo o país um número considerável de jornalistas exercendo a sua profissão em respeito aos limites legais das liberdades de imprensa e em respeito aos direitos à honra e imagem dos actores. A meta foi ultrapassada, em 9% (109%). A capacitação de jornalistas permitiu que nestes três anos se registasse poucos processos judiciais (sete processos) contra jornalista, de acusação de calúnia e difamação, e todos os julgados e intervencionados pelo MISA resultaram na absolvição de jornalistas, ou em acordos para a extinção de processo sem custos para jornalistas. Apenas um aguarda pelo julgamento. No segundo indicador há a notar que a responsabilização de dois agentes da Polícias condenados por detenção ilegal de um jornalista em Pemba. Ambos foram condenados a pagar 50 mil meticais de indemnização jornalista, o que foi feito em Julho deste ano⁹.

Ao longo do período em análise notificamos cerca de uma centenas de casos de ameaças a liberdade de imprensa, nomeadamente ameaças e violência física, incluindo censura.

⁹ <https://www.journalismfund.eu/sites/default/files/IKWELI%20268.pdf>



Fonte: Relatórios Anuais do MISA-Moçambique (2017 a 2019) e Semestral de 2020
 *Ano em curso (dados apenas do 1º semestre)

Houve tentativa de aprovação de um decreto (Decreto 40/2018) que prejudicaria sobremaneira os jornalistas e os respectivos órgãos de comunicação social. Por intervenção da sociedade civil, liderada pelo MISA, o decreto não foi implementado e este ano foi revogado pelo Governo após o pedido de apreciação de constitucionalidade que submetemos sob patrocínio do Provedor da Justiça.

A revitalização do MISA Moçambique permitiu que diversas instituições nacionais e internacionais voltassem a engajar-se na defesa das liberdades de imprensa e expressão, nomeadamente a Ordem dos Advogados de Moçambique, o Forcom que apenas defendia as rádios comunitárias, a Repórter Sem Fronteiras, a Amnistia Internacional, o Comité de Protecção de Jornalistas, a Freedom House...

Um contexto reversivo

Mesmo tendo havido um trabalho muito intenso do MISA, o ambiente nacional foi caracterizado pelo aumento de casos de violações de Liberdade de Imprensa. Ou seja, a tendência de Moçambique é de piorar no ranking da Liberdade de Imprensa, o que é consistente com os níveis de violações de liberdades verificados. Este cenário fez com que o MISA não apenas desenvolvesse capacitação de jornalistas sobre a cobertura jornalística em ambiente volátil, e na identificação de riscos, como também no respeito às liberdades individuais. O MISA está também a preparar workshop para sensibilizar actores políticos, governo, polícia e militares sobre a necessidade de respeitar a liberdade de Imprensa. Igualmente, criou um botão de alerta, uma plataforma a partir do qual os jornalistas poderão emitir alertas sobre ameaças à sua integridade física ou sobre qualquer tipo de ameaça.

RESULTADOS DO PILAR 1

Ao longo do triénio foram visualizados alguns resultados:

1. A rede de advogados criada para defender jornalistas em caso de ataques está a assistir dois casos, nomeadamente o caso de Amade Abubacar, em Cabo Delgado, e o caso Zito de Rosário, director editorial do jornal Txopela, publicado na Zambézia, que foi processado por antigo vereador municipal de Quelimane, acusando-o de o ter caluniado e difamado.
2. O MISA Moçambique passou a ser um actor bastante reconhecido internacionalmente no capítulo de defesa de liberdade de imprensa, estando a ser constantemente solicitados pelos organismos internacionais como a Freedom House, Repórteres Sem Fronteiras, Comité de Protecção de Jornalistas, American BA association, Amnistia Internacional, Civicus, Unesco, entre outras.
3. Foi travada a implementação do decreto sobre novas taxas (Decreto 40/2018) para a imprensa e para os respectivos jornalistas, aprovado pelo Gabinete de Informação sem prévia consulta dos profissionais e os detentores dos órgãos de comunicação social, sob argumento de que as taxas visam viabilizar as actividades fiscalizadores do mesmo Gabinfo. O processo está ainda no Conselho Constitucional, havendo esperança de que o resultado do pedido de declaração de inconstitucionalidade seja publicado este ano.
4. O Conselho de Ministros de revogou o Decreto n.º 40/2018, de 23 de Julho, que fixava taxas e multas devidas pelos serviços de licenciamento, renovação, averbamento, encartes publicitários pelos serviços de imprensa escrita, radiofónica, televisiva, incluindo nas plataformas digitais, assim como o de acreditação e credenciamento de jornalistas e correspondentes nacionais, estrangeiros e colaboradores autónomos, em Moçambique. Trata-se de um Decreto aprovado pelo Governo sob assessoria do Gabinete de Informação (Gabinfo), sem prévia consulta aos órgãos de informação, organizações do sector de comunicação social e aos próprios jornalistas. O MISA Moçambique liderou, juntamente com organizações da sociedade civil, representantes de empresas de comunicação social e jornalistas, Associação das Empresas Jornalísticas, Fórum Nacional das Rádios Comunitárias, Centro de Integridade Pública, Ordem dos Advogados de Moçambique) e Comité de Emergência para a Protecção das Liberdades Fundamentais, submeteram, o processo que culminaria com a submissão, sob patrocínio jurídico do gabinete do Provedor de Justiça, duma petição de declaração da inconstitucionalidade do decreto resulta de uma petição submetida.
5. O caso Amade Abubacar e Germano Adriano constituiu um dos marcos da luta do MISA Moçambique pela protecção da liberdade de imprensa e dos seus fazedores. Amade Abubacar foi detido a 5 de Janeiro do ano em curso, em pelo exercício da actividade jornalística, em Macomia onde trabalhava e residia, e levado para o quartel de militar em Mueda, em Cabo Delgado, para onde foi mentido ilegalmente detido e torturado durante 13 dias. Em Fevereiro, outro jornalista da Rádios de Macomia, Germano Adriano, foi detido. Primeiro, eram acusados de estarem “envolvido na prática de crimes de violação de segredo do Estado por meios informáticos e instigação pública a um crime com uso de meios informáticos”, ou seja, eram acusados de crimes de espionagem a favor dos grupos terroristas que operam em Cabo Delgado desde Outubro de 2017. O MISA interveio disponibilizando assistência jurídica para ambos. No âmbito disso conseguiu a liberdade provisória, para que os dois fossem soltos e aguardassem pelo julgamento em liberdade provisória. Iguamente, por não concordar com a acusação definitiva dos dois jornalistas, o MISA

requereu que o processo fosse apreciado pelo Tribunal Regional de Recursos, onde o processo se encontra até hoje. Os réus encontram-se em liberdade provisória.

6. Em Março de 2019, foi julgado um processo em que o foto-jornalista Estácios Valoi, com a assistência jurídica do MISA Moçambique, processou agentes da polícia que o detiveram, ilegalmente, quando fazia a cobertura fotográfica das cerimónias de públicas de 7 de Abril, dia da Mulher Moçambicana. Estácios foi sujeito a ameaças e torturas psicológicas. Foram condenados a seis meses de prisão, convertidos em multas, e devem compensar o jornalista que ilegalmente detiveram em 2017, após a intervenção do MISA. No julgamento, o Tribunal condenou dois agentes a penas suspensas de seis meses, ao pagamento de multas e indemnização ao jornalista. No mesmo processo foi ilibado um agente da Polícia.
7. O caso dos agentes da Polícias que em 2017 detiveram ilegalmente o jornalista Estácios Valoi, chegou ao fim. Os agentes Aires Aureliano Tequehia e Augusto Castigo José Guta (este porta-voz da Polícia em Pemba) foram condenados, em Março de 2019, pelo Tribunal Judicial Provincial de Pemba, a penas suspensas e ao pagamento de indemnização de 50 mil meticais ao jornalista. Os dois agentes, finalmente, pagaram a indemnização. O jornalista foi notificado nos finais de Junho do ano em curso.
8. O MISA Moçambique, em parceria com a Comissão Africana de Direitos Humanos, realizou um evento internacional de auscultação dos países africanos falantes das Língua Portuguesa, que juntou participantes de Moçambique, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe sobre revisão da Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão em África. A Declaração foi aprovada no final do ano pela União Africana, passando a ostentar o nome de Declaração de Princípios sobre a Liberdade e Acesso a Informação em África.
9. A nossa intervenção em assistência jurídica levou à soltura dos três jornalistas, dois dos quais: Arcénio Sebastião e Jorge Malangaze, acabaram não sendo acusado por falta de provas. O MISA Moçambique já tinha emitido um comunicado a mostrar que eles estariam a ser alvo de uma armadilha montada pelo proprietário do Estabelecimento Hoteleiro, Manuel Ramissone. Os jornalistas foram soltos dois dias depois por falta de provas, o que consubstancia uma nova tática usada para atacar jornalistas que investigam corrupção. Igualmente, a intervenção do MISA em assistência jurídica teria resultado em libertação mediante o termo de identidade e residência. E na soltura do jornalista Omar Omardine, do jornal Carta de Moçambique.
10. Após a exposição da violação, o Comando Geral da Polícia voltou a realizar briefings semanais com todos os órgãos de informação. Recorde-se que o Comando Geral decidira apenas dar briefings semanais apenas com a presença da imprensa pública, o que levou o MISA Moçambique a expor a violação, através de um comunicado de Imprensa.
11. Em Nampula, o MISA Moçambique, núcleo provincial, conseguiu que fosse levantada a proibição o jornalista da Rádio Encontro que tinha sido imposto pelo Comando Provincial da Polícia de não cobrir eventos da Polícia em Nampula.
12. Registou-se com agrado o facto de os jornalistas formados em jornalista de dados já estarem a aplicar o conhecimento adquirido na formação dada pelo MISA em parceria com a Associação

Brasileira de Jornalismo Investigativo. Na sequência dessa formação, um dos participantes¹⁰ da capacitação publicou e partilhou o artigo escrito como resultados do conhecimento adquirido na capacitação. No artigo o repórter fez uma articulação dos dados de forma a clarificar a problemática resultante das queixas das populações de Mabote-sede, Mussengue e Maculuva, no distrito de Mabote, província de Inhambane, pelo desaparecimento de 17.188.162.80 Meticais pagos pela multinacional SASOL no quadro das compensações pelo abate e destruição de suas benfeitorias. E mostra no artigo através base legal as evidências de que a SASOL procedeu a entrega ao governo do distrito de Mabote, em 2013, de um valor total de 26.117. 65.80 meticais, para efeitos de compensação aos lesados, mas o dinheiro da SASOL gerou conflitos no governo distrital, provincial até ao Fundo Desenvolvimento Agrário, FDA, em Maputo.

13. As intervenções feitas na assistência jurídica são mesmo consequência da implementação desse instrumento antes inexistente. A título de exemplo: em Fevereiro de 2018, o MISA Moçambique contestou e impugnou junto do Tribunal Administrativo o processo de nomeação do PCA da Televisão de Moçambique, Armando Inroga, sem consulta prévia ao Conselho Superior de Comunicação Social, conforme conforme determina na Constituição da República de Moçambique. Na sequência dessa contestação, em Julho, após a exoneração de Inroga, o governo, pela primeira vez, consultou o Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS) no processo da nomeação dos novos Presidente do Conselho de Administração da Televisão de Moçambique e da Rádio Moçambique, Faruco Sadique e Abdul Naguib, respectivamente.
14. Um outro resultado importante relaciona-se com o facto de o MISA ter conseguido trazer ao debate as propostas de revisão da legislação de imprensa que se encontrava engavetada no Conselho de Ministros há anos. Dos debates resultou em propostas melhoradas das Propostas da Lei da Imprensa, Lei de Radiodifusão Pública, Estatuto do Jornalista e Carteira Profissional.
15. As entidades policiais que têm sido indicadas como um dos grupos que tem sido envolvido nas violações das liberdades de imprensa tem vindo a tomar consciência das acções do MISA. O Presidente do Núcleo provincial de Tete, em 2017, reportou que um jornalista que estava a ser vítima de ameaças pela guarda fronteiriça viu a acção da política reduzida quando ameaçou apresentar a denúncia ao MISA.
16. O mesmo facto aconteceu, em Nampula, quando o Presidente do Núcleo local foi contactado pela Polícia de Investigação Criminal, assim como pelos agentes dos Serviços Secretos para que, no caso do repórter que foi arrancado o telemóvel no âmbito da visita presidencial reportado pelo MISA, tivesse sido mais colaborativo, o que poderia, na visão daqueles agentes, evitado a divulgação massiva do caso e permitir uma solução rápida do problema.
17. Um acordo entre o núcleo do MISA Moçambique em Sofala e o Presidente do Conselho Municipal da Beira, engenheiro Daviz Simango, levou à extinção do processo judicial contra o

¹⁰ O artigo do jornalista António Zacarias intitulado “O Caso Sasol: Sumiu dinheiro das populações”

jornal Diário de Moçambique, editado na cidade da Beira, capital provincial de Sofala. O processo, cujo julgamento estava marcado, tinha sido movido pelo edil da Beira após o jornal ter publicado pronunciamentos do delegado político da Renamo, em que acusava Daviz Simango de estar a influenciar e comprar organismos internacionais para lhe atribuir prémios. O Jornal Diário de Moçambique, antes de publicar o trabalho, teve o cuidado de ouvir o vereador municipal da Beira, José Manuel, tendo, este, refutado as acusações.

18. Ainda na Zambézia, por acção do MISA a presidente do Clube de Porto de Quelimane retirou o processo crime que tinha movido contra um jornalista que o acusava de o ter difamado.
19. A intervenção do MISA na Zambézia resultou na devolução do equipamento de trabalho do jornalista
20. Arquivado o processo contra dois jornalistas em Inhambane (Hugo Firmino e António Zacarias)

PILAR 2: DIREITO À INFORMAÇÃO E JORNALISMO INVESTIGATIVO MONITORIA À GOVERNAÇÃO

<p>Objectivo: Promover uma maior intervenção dos media na promoção de uma cultura de abertura nas instituições públicas e no uso da lei do direito à informação para a monitoria da governação através do jornalismo investigativo</p>
<p>Resultado: Cidadãos participando activamente e usufruindo de uma governação transparente e responsável, através de um pleno acesso à informação que os levem a participarem e usufruirmos dos seus direitos de cidadania</p>
<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • % de respostas de pedido de informação realizado pelos cidadão, organizações da sociedade civil e jornalistas com resposta satisfatória • % de Instituições públicas integrando informações úteis a partir de plataformas de atendimento público assim como a partir dos seus websites • % de jornalistas aplicando a lei do direito à informação para a produção de reportagens de denúncia e de qualidade sobre a governação e direitos humanos em Moçambique • % de casos de corrupção julgados por denúncia de jornais • % de Moçambique nos rankings mundiais sobre a corrupção, governação e acesso à informação

Acções Planificadas para 2020	Realizada ou não realizada
1. Realizar pesquisas anuais de avaliação da implementação da lei do direito à informação testando a disponibilização da informação nas instituições públicas “Instituições abertas e fechadas”	Sim
1. Produzir uma pesquisa de base de avaliação do sobre a disponibilização da informação	Sim

nas instituições publicas	
2. Capacitação jornalistas, a nível nacional, sobre o uso da Lei do Direito à Informação para a produção de jornalismo orientado para assuntos “issue based journalism”	
3. Realizar acções de advocacia e capacitação das instituições públicas avaliadas sobre os mecanismos de disponibilização proactiva da informação	Sim
4. Mapear e denunciar quaisquer normas e práticas que afectam o Direito à informação	Sim
5. Realizar uma formação (3 módulos teóricos e 1 práticos) para 30 jornalistas de Maputo dos principais meios de comunicação da cidade em matéria de “Gender Sensitive Reporting” e “Reporting on Gender-Based Violence”	Sim
6. Produzir Manual de código de ética sobre cobertura de assuntos de género.	Sim
7. Organizar a conferência conjunta dos parceiros AICE por ocasião do dia mundial do direito à informação (28 de Setembro).	Sim
8. Lançar o prémio de jornalismo em Administração Pública	Sim
9. Celebrações do dia Internacional de arquivos (09 de Junho)	Sim
10. Capacitação de jornalistas dos Palops sobre Investigação de fluxos financeiros ilícitos em África	Não
11. Entrega dos Prémios Jornalismo em Administração Pública 12. Lançar relatório conjunto de Monitoria de Acesso à Informação 2017	Em curso

Ao longo do triénio foram realizados 534 pedidos de informação, que resultados na produção de de cinco relatórios: três sobre instituições abertas e fechadas, um sobre o acesso à informação eleitoral em Conformidade com os *Guidelines* da União Africana e sobre a cobertura eleitoral dos media e outro sobre avaliação dos pedidos de informação recebidos e respondidos pelas instituições do Estado.

Pedidos de informação e respectivas respostas						
ANO	Pedidos feitos	Respostas dentro do prazo	Respostas fora do prazo	Pedidos respondidos positivamente	Pedidos respondidos negativamente	Pedidos não respondidos
2016	10	3	0	2	1	7
2017	10	3	1	1	3	6
2018	9	3	1	3	1	5
2019	b) ¹¹	b)	b)	b)	b)	b)

a) ¹¹ Realizou-se um estudo sobre o acesso à informação eleitoral tendo sido avaliados os partidos políticos e órgãos de administração eleitoral em 33 distritos do país.

2020	10	4	0	1	3	6
2020	210	107	53	a) ¹²	a)	50
Total	249	120	55	?	?	74

Tabela nº4. Número de pedidos de informação de interesse público feitos entre 2016-2020

Em 2019, não se realizou relatório sobre instituições abertas e fechadas. No entanto, foi realizado estudo sobre acesso à informação eleitoral. Nesse estudo, conclui-se que os partidos tinham estruturas, processos e capacidades ainda deficientes para garantirem o acesso à informação. No geral, com a exceção dos três grandes partidos – Frelimo, Renamo e MDM – grande parte dessas entidades não dispunha de uma estrutura funcional e permanente que lhe permitisse interagir com os cidadãos. Em muitos casos, os partidos funcionam na residência dos seus representantes, ou mesmo não dispõem de instalações de trabalho. O contacto com os partidos, em algumas ocasiões, foi complicado e teve que se realizar em lugares públicos, por falta de condições adequadas para receber a equipa de pesquisa. Isso, naturalmente, afecta a sua capacidade de agir de forma proactiva na disponibilização de informação. O estudo mostrava ainda que pouco menos da metade dos partidos observados dispunham de funcionários para receber pedidos e responder os mesmos e menos de um terço tinham procedimentos para pedidos de informação. Nas zonas rurais, a situação era mais crítica, com menos de metade dos partidos desta área geográfica com um funcionário para receber pedidos e responder aos mesmos. Nas zonas urbanas, um pouco mais da metade dos partidos tem este tipo de recurso.

O mesmo estudo mostra que os órgãos de administração eleitoral apresentam uma baixíssima capacidade das organizações para serem proactivas na garantia do acesso à informação, resultado consistente com as conclusões do estudo do MISA sobre a baixa abertura das instituições públicas.

Relativamente aos órgãos de administração eleitoral, o estudo mostra que estes têm fracas capacidades para garantirem o acesso à informação. Além da existência de um funcionário para atender aos pedidos de informação, menos de metade das entidades analisadas cumpre com os requisitos de capacidade para garantir o direito de acesso à informação. Em alguns casos, os OGE funcionavam a meio gás, ou estavam mesmo encerrados e ainda há confusão sobre as normas de acesso à informação eleitoral.

Órgãos de administração eleitoral das zonas urbanas têm melhores capacidades que as das zonas rurais, com destaque para a clareza da informação recebida, confirmação do pedido dentro do prazo, publicação dos procedimentos para lidar com os pedidos de informação e flexibilidade para aceitar processar o pedido sem formalização por escrito e mesmo na concessão da informação solicitada.

Numa parceria com o Ministério da Administração Estatal e Função Pública, o MISA-Moçambique, em 2017, iniciou um processo mais focalizado de capacitação dos grupos relevantes que lidam com a lei do Direito à Informação. Como estas acções foi possível, embora ainda ao nível dos outcomes (mas um processo importante para mudança de comportamentos):

b) ¹² Este dado não está disponível no estudo de auto-avaliação realizado pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública em parceria com o MISA Moçambique.

- Capacitar mais de 102 jornalistas, a nível nacional, em matérias de acesso a informação na Administração Pública e jornalismo investigativo. Com este número, o MISA alcançou, sob ponto de vista de formação respetivas, a previsão feita para o Plano Estratégico;

- Capacitar 47 gestores de conteúdo das páginas de internet das instituições públicas;

Realizar uma Conferência Nacional sobre desafios e harmonização dos mecanismos de disponibilização da informação na Internet nas Instituições Públicas e Relevantes, onde participaram 226 funcionários públicos. No âmbito da mesma parceria são produzidos relatórios de monitoria da implementação a Lei do Direito à Informação. Os relatórios foram lançados durante as celebrações do Dia Internacional do Acesso à Informação, que se celebra a 28 de Setembro de cada ano. Estes eventos beneficiaram funcionários do Estado a todos os níveis, Governo, órgãos de comunicação social, organizações da sociedade civil e Universidade e institutos.

Participantes da Conferência Dia Internacional do Direito a Informação 2017-202			
ANO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
2017	130	96	226
2018	146	152	298
2019	26	41	67
2020			135?
Total			

Tabela nº5. Participantes na Conferência Dia Internacional de “Acesso à Informação”

No mesmo evento, além de apresentação dos relatórios sobre instituições abertas e fechadas, foram anunciados os vencedores dos prémios Jornalismo em Administração Pública.

Um outros aspecto a destacar na parceria é que em 2017, além da conferência relativa ao Dia Internacional do Direito à Informação e outras actividades, também foi realizada a Maputo Internet Fórum, onde participaram 127 pessoas em representação de Estado, sociedade civil, meios de comunicação social e academia.

Eventos	Data	Total de participantes	F	M
MAPUTO INTERNET FORUM	05 de Outubro	127	31	96

Tabela nº6. Participantes do Maputo Internet Fórum

Tabela 2 - Jornalistas capacitados nas províncias em matérias de direito à informação

Local	Metas da actividade			Participantes		
	Plano	Real.	Pend	H	M	Total
Cabo-Delgado (Pemba)	25	18	7	14	4	18
Zambézia (Quelimane)	25	24	1	18	6	24
Manica (Chimoio)	25	30	0	26	4	30
Inhambana (Inhambane)	25	30	0	21	9	30
Total	100	102	7	79	23	102

Tabela nº7. Jornalistas capacitados sobre uso da Lei do Direito à Informação

Ao longo dos três anos, o MISA capacitou, no total 75 gestores de websites, 45 a nível das idades e província de Maputo, e mais 30 gestores de conteúdos ao nível dos distritos. Igualmente, no mesmo período, no âmbito da mesma parceria com o Governo, foram formados 276 formadores que foram responsáveis pelas capacitações, em cascatas nas instituições a todos os níveis, resultado na formação de um total de 2163 funcionários e agentes do Estado em matéria de classificação e disponibilização de informação de interesse público¹³.

Tabela 3 - Gestores de conteúdo das páginas de internet das instituições públicas capacitados

Local	Metas da actividade			Participantes		
	Plano	Real.	Pend.	H 48	M 27	T 75
Cidade e Província de Maputo	75	45	0	30	15	45
Distritos	75	30	0	18	12	30
Total	75	75	0		30	

Tabela nº8. Gestores de conteúdos dos websites governamentais capacitados

Relativamente ao prémio de administração pública, há a destacar que foram submetidos 78 trabalhos jornalísticos em três anos, conforme a tabela a baixo.

Candidaturas ao Prémio Jornalismo em Administração Pública 2018-2020			
ANO	MULHERES	HOMENS	Total de trabalhos
2018			41
2019	3	12	17
2020	1	19	20
Total			

Tabela nº9. Número de trabalhos submetidos ao PJAP 2018-2020

A assunção pela primeira vez do governo às celebrações e liderança do evento constitui uma grande conquista no se refere ao processo que vai levar à abertura das instituições ao fornecimento das informações de interesse público.

No lançamento dos relatórios sobre acesso à informação eleitoral e sobre ética na cobertura de participaram 91 pessoas em representação dos partidos políticos, academia, comunicação social, sociedade civil, entre outras áreas.

¹³ Não foi possível obter os dados de formados por sexo, uma vez que as formações foram dadas pelo Governo, apenas nos foi disponibilizado o número de capacitados.

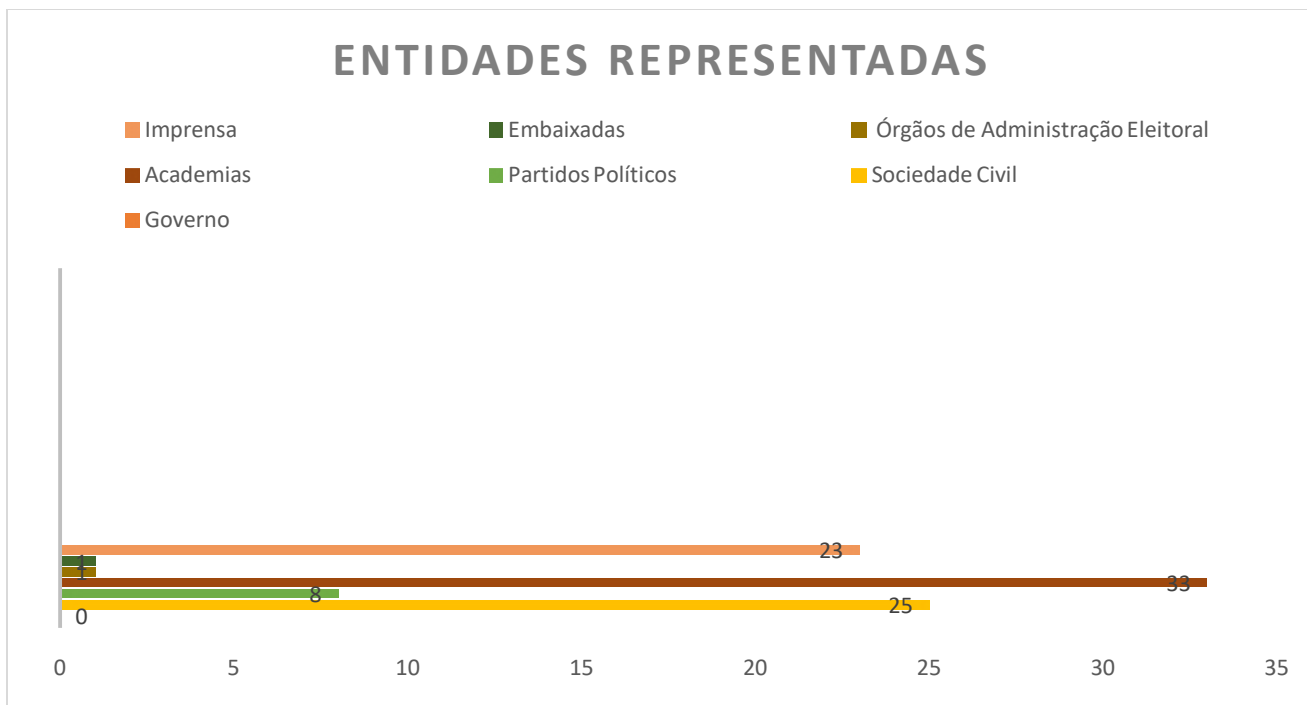


Gráfico nº5. Participantes ao lançamento de relatório de acesso à informação eleitoral e cobertura eleitoral

Trata-se de uma actividade realizada em Maputo, tendo como beneficiários directos jornalistas, sociedade civil, governo, academias e partidos políticos. O governo não se fez representar por algum elemento, assim como a Frelimo e a Renamo.

Gráfico 1. Número de participantes no lançamento de relatórios sobre eleições 2019

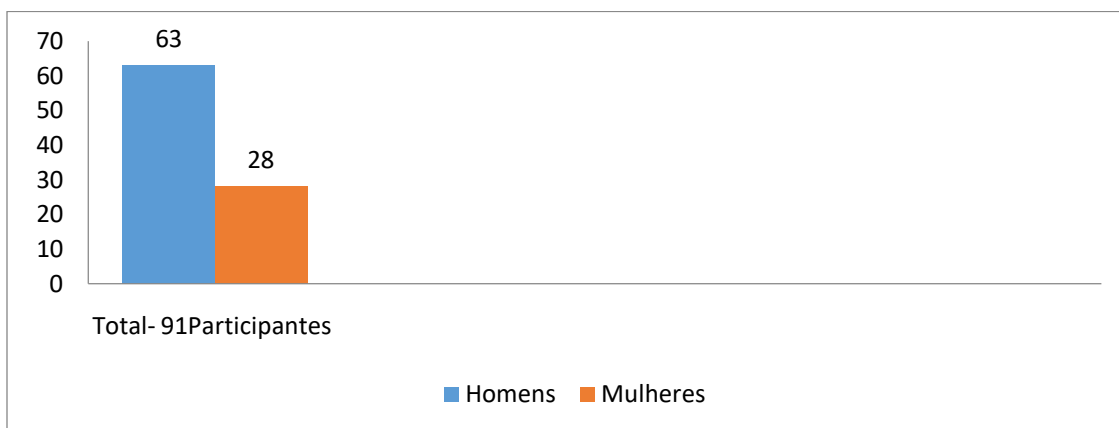


Gráfico nº6. Participantes do lançamento do relatório de acesso à informação eleitoral e cobertura eleitoral por sexo

Igualmente, ao longo do triénio, o MISA levou à cabo uma campanha de Educação e Informação aos Cidadãos sobre os mecanismos de acesso à Informação através de infoentretinimento radiofónico. A campanha beneficiou, feitas através de 18 rádios comunitários em todo o país. Obviamente que os resultados desta actividades não serão imediatos, atendendo aos factores sócio-culturais e educacionais

que ainda dificultam a disponibilização da informação pelos funcionários públicos e a solicitação da informação pelos cidadãos.

Foram impressos 500 cartazes tendo sido distribuídos 7 cartazes de cada em 20 redacções dos meios de comunicação social da cidade e província de Maputo e os restantes distribuídos pelas 9 províncias do país.

O spot de Tv foi divulgado na STV por ser um meio audiovisual de grande impacto no sentido de que possibilita a cobertura a nível nacional e a possibilidade de penetração em todos os segmentos da população o que nos levaria a resultados rápidos em termos de cobertura e impacto.

O Spot de rádio foi divulgado em 18 rádios a nível nacional nas diferentes línguas locais como Chimakonde, Macua, Yao, Nyanja, Chimanyica e Chibárue, Chuabo, Cena e Ndau, Chope, Chitsua, Changana, tendo alcançado pouco mais de 1 milhão de cidadãos.

Uma outra actividade relavante realizada ao longo do triénio relaciona-se com a capacitação de 37 Organizações de Base Comunitária sobre o uso da Lei do Direito à Informação e de novas Tecnologias de Informação para advocacia em Direitos Humanos e Monitoria de Governação. Ao longo da formação aprenderam também como elas podem desenhar os seus planos de comunicação, e redigir comunicados, posicionamentos públicos e pedidos de informação de interesse público. No final da formação, todos os participantes tinham noções básicas sobre a matéria dada.

26 Organizações Comunitárias de Base representados por 33 membros		
Homens	Mulheres	Total
21	12	33

Tabela nº10. Número de organizações de base capacitados sobre novas tecnologias de informação para advocacia

Ainda no que respeita ao acesso à informação, desde 2018 o MISA e o Ministério da Administração Estatal e Função Pública iniciaram as comemorações do dia Internacional do Arquivo onde estiveram governo, funcionários do Estado, sociedade civil e comunicação social.

Celebrações do Dia Mundial do Arquivo 2018-2020			
ANO	MULHERES	HOMENS	TOTAL
2019	136	211	347
2020	a)	a)	a)
Total			

Tabela nº 11. Dados de participantes às celebrações do Dia Mundial do Arquivo 2018-2020

a) As celebrações foram através de participação na Stv e em fóruns virtuais devido ao Covid-19.

Devido ao Covid-19, em 2020, os dirigentes do Centro Nacional de Documentação e Informação de Moçambique (CEDIMO) e do Arquivo Histórico de Moçambique participaram no debate na STV sobre a gestão dos arquivos. Sob lema Gestão de Documentos em Tempos de Emergência, o Ministério da Administração Estatal e Função Pública emitiu, igualmente, uma nota de exortação à instituições públicas

para a necessidade de maior profissionalismo no arquivo da informação, como uma das premissas determinantes para o acesso e exercício do direito à informação.

Foram impressos e distribuídos, em 2019, 5 mil folhetos sobre as Medidas de Prevenção e Gestão de Sinistros/Emergências em arquivo, que serão distribuídos por todas as entidades públicas e estatais. Acto idêntico foi realizado no presente acto.

Folhetos produzidos e distribuídos no âmbito das Celebrações do Dia Mundial do Arquivo 2019-2020	
ANO	
2018	5000
2019	5000
2020	5000
Total	15.000

Tabela nº12. Folhetos impressos e distribuídos no âmbito do Dia do Arquivo

ACTIVIDADES REALIZADAS NÃO PLANIFICADAS

Igualmente, em parceria com o EISA, o MISA organizou a Conferência Internacional sobre “Redes Sociais, Fake News, Desinformação e Cibersegurança no Contexto de Eleições Democráticas” que disponibilizou uma vasta informação atinente à experiência de outros países sobre o combate aos Fake News e estratégias de desincentivo de acções de desinformação, tendo consciencializados e dotados de conhecimentos sólidos os 116 participantes, principalmente jornalistas e editores sobre os riscos que as notícias falsas podem representar no seu trabalho (descrédito, por exemplo) e a atenção redobrada que os mesmos devem ter durante os processos eleitorais, bem como, fortaleceu a consciencialização da sociedade sobre riscos de manipulação e impacto de Fake News na provisão de informação eleitoral de qualidade, sobretudo através dos médias sociais.

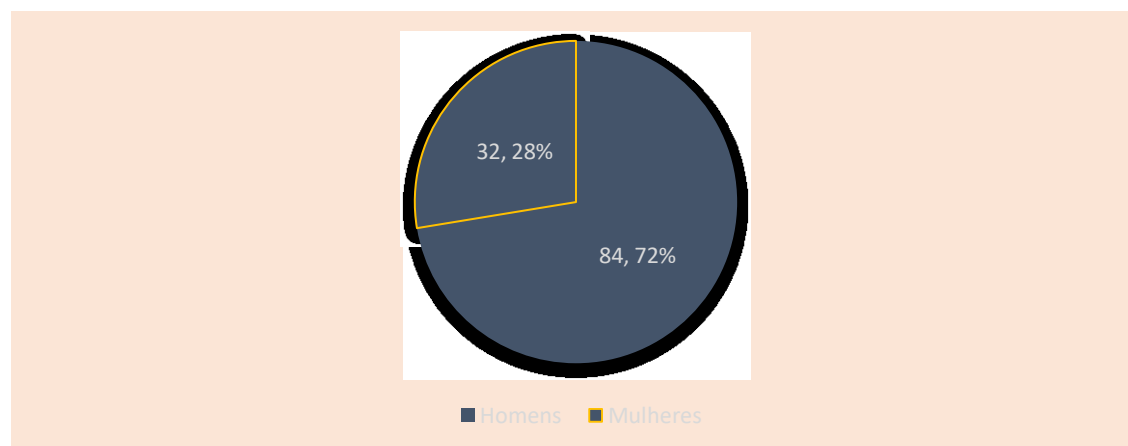


Gráfico nº7. Participantes da conferência “Redes Sociais, Fake News, Desinformação e Cibersegurança no Contexto de Eleições Democráticas”

Igualmente, em parceria com a Fundação Reuters Thomson, o MISA realizou-se, em Maputo, a segunda fase de capacitação intensiva de jornalistas dos países africanos falantes da Língua Portuguesa. Na

primeira fase participaram jornalistas de Angola (3), Cabo Verde (1) e Moçambique (6), sobre investigação de fluxos financeiros ilícitos em África e sobre o processo de elaboração de projectos de investigação jornalística. Destes participantes, incluindo os formadores (Raquel Stenzel e Lázaro Mabunda), sete eram homens e cinco mulheres. A partir do curso e dos conhecimentos adquiridos, os jornalistas produziram projectos de investigação e iniciaram as suas próprias investigações sob financiamento da Reuters Thomson Foundation, a serem publicados na imprensa moçambicana, angolana e cabo-verdiana, onde eles trabalham. Na segunda fase, apenas participaram uma jornalista angolana, uma cabo Verdiana e quatro moçambicanos, totalizando 6 jornalistas e dois formadores. Em termos de distribuição em sexo, incluindo os formadores, há a registar que 4 mulheres e 4 homens. Esta fase incidiu na análise e avaliação e correcção dos projectos de investigação, elaborados para serem financiados. Ficou-se por realizada a última fase de capacitação, que acabou não acontecendo devido ao Covid-19. Todos os trabalhos foram já publicados na imprensa dos respectivos países.

Ainda ao longo do triénio, o MISA-Moçambique, em parceria com o Centro de Integridade Pública (CIP), instituiu o Prémio Nacional do Jornalismo Investigativo com o objectivo de estimular a prática de um jornalismo de qualidade na monitoria da governação em Moçambique. No total, o júri recebeu vinte e seis (26) trabalhos de 13 candidatos, os trabalhos submetidos para avaliação apresentam critérios de elegibilidade aceitável, porém alguns resvalam-se nos critérios de originalidade, objectividade, qualidade de investigação bem como a inclusão da diversidade de fontes ouvidas. No Geral, o Júri considerou que os produtos jornalísticos premiados apresentaram níveis elevados de qualidade e recomendou que a formação prévia dos jornalistas em Jornalismo Investigativo nas áreas sobre promoção da democracia, boa governação, transparência na indústria extractiva, direitos humanos e crime organizado.

No âmbito do Projecto, o MISA engajou directamente (3) órgãos de comunicação nacionais (Grupo Soico, Jornal Semanário Savana, Magazine Independente) a trabalharem num plano mais sistematizado de jornalismo investigativo, para além de outros órgãos que tiveram projectos apoiados através de concurso de chamada de proposta para o apoio na investigação, no âmbito da rubrica de pequenas histórias que contaram com o apoio do Centro de Integridade Pública (CIP) na avaliação e mentoria.

Ao longo desse período, o MISA financiou 14 investigações das vinte e cinco (25) candidaturas para o financiamento de pequenas histórias, cuja avaliação foi mediante os critérios de relevância, originalidade, clareza, interesse público, adopção de critérios jornalísticos e coerência. Das 14 propostas temos (05) cinco na categoria de imprensa escrita, três (03) na categoria de televisão e (06) propostas na categoria de rádio.

Lista de investigações jornalísticas produzidas sob financiamento do MISA Moçambique	
ANO	
2018	18
2019	1
Total	19

Tabela nº13. Dados de artigos de investigação produzidos

Na rubrica das grandes histórias foram financiadas quatro matérias jornalísticas, uma na província de Cabo-Delgado e outra na província da Zambézia. As quatro grandes investigações foram publicadas em jornais de circulação ao nível nacional. As temáticas versam sobre a corrupção, governação e os ataques a civis na província de Cabo Delgado, nos distritos de Mocimboa da Praia, Palma e Macomia.

Em 2019, uma grande investigação sobre a perseguição, rapto e assassinatos de albinos foi produzido pela STV/O País, com a participação do MISA Moçambique.

ANÁLISE DOS INDICADORES

Durante o triénio, no âmbito da parceria com o Governo foram capacitados 2163 funcionários públicos sobre a classificação, disponibilização de informação de interesse pública e gestão de arquivos. Foram produzidos sete estudos de avaliação do acesso: quatro Instituições Abertas e Fechadas, um Auto-avaliação, um sobre o acesso à informação eleitoral e um sobre avaliação da disponibilização de informação nos websites de 30 distritos. A avaliação mostra que anualmente as instituições tendem a melhorar o acesso à informação. Ou seja, perto de 50% das instituições respondem positiva ou negativamente os pedidos de informação de interesse público feitos pelos cidadãos e entidades públicas e privadas. Destas 50% dos que respondem os pedidos, cerca de metade disponibiliza a informação e a outra metade recusa, sob justificação de que se trata de informação confidencial ou secreta.

O estudo sobre acesso à informação eleitoral, realizado em 2019, mostrou que pouco menos da metade dos partidos observados dispunham de funcionários para receber pedidos e responder os mesmos e menos de um terço tinham procedimentos para pedidos de informação. Nas zonas rurais, a situação era mais crítica, com menos de metade dos partidos desta área geográfica com um funcionário para receber pedidos e responder aos mesmos. Nas zonas urbanas, um pouco mais da metade dos partidos tem este tipo de recurso.

Igualmente, a análise aos websites (estudos sobre instituições abertas e fechadas) conclui que as instituições tendem a melhorar a informação disponibilizada, através destas plataformas.

Ao longo do triénio foram capacitados 102 jornalistas sobre a Lei do Acesso à Informação, superando-se a meta de 100 jornalistas.

Pelo menos 19 artigos de investigação jornalística foram produzidos durante os últimos três anos sob apoio do MISA Moçambique, sobre temáticas de corrupção e governação. Não é possível ainda avaliar os resultados sobre o impacto do jornalismo investigativo, dadas as diversas dificuldades de medição.

Resultados do Pilar 2

Há ainda poucos resultados visualizáveis neste pilar. Ainda assim, podem-se apontar dois:

1. O Governo, através do CEDIMO, está, desde o ano passado, a aliar as celebrações do Dia Internacional dos Arquivos no contexto da Lei do Direito à Informação, algo que não acontecia antes. Há uma clara apropriação por parte do Governo à Lei do Direito à Informação, afastando-se a ideia de que se trata-se de uma lei da sociedade civil. Esta assunção, embora ainda não tenha o impacto desejado, não deixa de ser um passo para o resultado desejado.
2. Face à pressão da sociedade civil (o MISA fez dois pedidos sobre a mesma informação), o Ministério da Saúde publicou toda a informação sobre as doações feitas no âmbito do Covid-19, incluindo outros dados bancários.
3. Pelo segundo ano consecutivo, o Ministério da Administração Estatal e Função Pública, organizou a conferência conjunta com o MISA, apoiada pela Oxfam, por ocasião do dia mundial do direito à

informação. Do evento participaram mais de uma centena de funcionários públicos em representação das instituições do Estado e privadas. Ao assumir celebrações do evento, o governo está a ganhar consciência sobre a importância da disponibilização da informação ao público, o que não deixa de ser um bom resultado, uma vez que um dos maiores problemas para a negação da informação aos cidadãos era a cultura do medo, conforme constatarem os estudos sobre Instituições abertas e fechadas (2016, 2017 e 2018).

4. Por intervenção do MISA, com recurso ao Código de Cobertura Eleitoral, foi possível afastar dois jornalistas por incompatibilidades. Um, da Rádio Moçambique, na Zambézia, foi flagrado a fazer campanha a favor da Renamo, enquanto o outro, em Nacala-Porto, exercia o jornalismo, como correspondente da DW, mesmo estando no Gabinete de Comunicação e Imagem do Conselho Autárquico de Nacala-Porto. Ambos foram afastados das funções jornalísticas.
5. No âmbito do projecto da Fundação Thomson Reuters foram produzidas seis investigações que expuseram casos de fugas ao fisco que lesam Estados angolanos e moçambicanos em milhões de dólares. Igualmente, foram denunciados casos de negócio paralelo de câmbio que causa prejuízos ao Estado cabo verdiano.
6. No artigo ele reporta a problemática que surgiu do clamor da população dos povoados das localidades de Mabote-sede, Mussengue e Maculuva, no distrito de Mabote, provincia de Inhambane, que queixa-se do desaparecimento de 17.188.162.80 Meticais pagos pela multinacional SASOL no quadro das compensações pelo abate e destruição de suas benfeitorias. O autor do artigo fez uma articulação dos dados de forma a clarificar a problemática e ainda mostra através base legal as evidências de que a SASOL procedeu a entrega ao governo do distrito de Mabote, em 2013, de um valor total de 26.117. 65.80 meticais, para efeitos de compensação aos lesados, mas o dinheiro da SASOL gerou conflitos no governo distrital, provincial até ao Fundo Desenvolvimento Agrário, FDA, em Maputo. Revela nesse artigo que as instituições não estavam preparadas a receber duma só vez, aquele montante, nem se quer sabiam ao certo para onde destinar o valor. “Esta nova forma de promover o jornalismo investigativo através da pesquisa dos dados e articulação com a lei, foi uma das inovações aprendidas na capacitação”, refere o jornalista capacitado e autor do artigo.
7. Em 2018, o MISA assumiu a liderança do Prémio Nacional de Jornalismo em Administração Pública. Pela primeira vez, foi conseguido um número recorde de candidaturas, o que mereceu um elogio do Ministério da Administração Estatal e Função Pública ao MISA Moçambique. Comparado com os anos anteriores em que apenas tinha havido 11 candidaturas, a partir de 2018 os números cresceram, tendo recebidos 41 candidaturas, em 2018, 15 em 2019 e 20 em 2020.
8. Foi levada a cabo uma campanha de Educação e Informação aos Cidadãos sobre os mecanismos de acesso à Informação através de infoentretinimento radiofónico. A campanha foi feitas através de 18 rádios comunitários em todo o país, beneficiando mais de . Obviamente que os resultados destas actividades não serão imediatos, atendendo aos factores socioculturais e educacionais que

ainda dificultam a disponibilização da informação pelos funcionários públicos e a solicitação da informação pelos cidadãos;

9. Foram capacitadas 37 Organizações de Base Comunitária sobre o uso da Lei do Direito à Informação e de novas Tecnologias de Informação para advocacia em Direitos Humanos e Monitoria de Governação, passando a ter domínio sobre o desenho dos seus planos de comunicação, e redacção de comunicados, posicionamentos públicos e pedidos de informação de interesse público. No final da formação, todos os participantes tinham noções básicas sobre a matéria dada.

PILAR 3: DIVERSIDADE NO DOMÍNIO DA RADIODIFUSÃO E MIGRAÇÃO DIGITAL

<p>Objectivo: Garantir que a radiodifusão pública seja gerida de forma profissional, produzindo informações de qualidade, diversificada, inclusiva e plural, no quadro da migração digital em Moçambique</p>	
<p>Resultado: Radifusão pública gerida, prifissionalmente, num contexto em que a transição do sistema analógico ao digital é orientado em prol de uma informação diversificada, inclusiva e plural</p>	
<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequação dos mecanismo de gestão da radiodifusão pública em Moçambique ao modelo profissional da radiodifusão, conforme a carta africana da radiodifusão pública; • Nível de pluralismo programação e conteúdos da radiofisão; • % de cidadão com acesso ao sinal de televisão em Moçambique • % dos cidadãos com capacidades de utilização do sistema de televisão digital 	
Acções Planificadas para 2020	Realizada ou não realizada
1. Realizar campanhas de advocacia para o agendamento e aprovação da Lei de Imprensa e de Radiodifusão	Sim
2. Promover e advogar junto da SC e da AR pela aprovação de um novo quadro jurídico para todo o sector da Radiodifusão	Sim
3. Advogar pela criação de uma legislação específica da Radiodifusão Pública	Sim
4. <i>Lobbies</i> e capacitação com bancadas parlamentares sobre a legislação dos media em Moçambique	Não
5. Advogar para que processo da migração digital seja realizado de forma antepada e inclusiva	Sim
6. Estimular a formação de jornalistas e a realização de sessões públicas de esclarecimento sobre a migração digital	Sim
7. Produzir uma proposta para a revisão da lei de cibersegurança	Em curso

8. Realizar um encontro de alto nível para o engajamento do Governo, parlamentares e Sociedade Civil em matéria de segurança Cibernética.	Sim
9. Promover encontros regulares de lobby	Sim
10. Produzir um draft de Lei específica em cibersegurança em Moçambique	Em curso
11. Elaborar um policy brief/discussion paper em legislação sobre cibersegurança e liberdade e expressão na internet	Sim
12. Engajar os media e organizações da sociedade civil em matérias de cibersegurança.	Sim
13. Elaborar um plano de advocacia para a adopção da Convenção de Budapeste sobre cybercrime, por Moçambique.	Em
14. Criar a Sociedade de Internet em Moçambique (ISOC Mozambique)	Em curso
15. Estabelecer um grupo de trabalho da Sociedade Civil em cibersegurança e Direitos Digitais.	Sim

No Pilar 3, ao longo dos três anos foram realizadas todas as actividades previstas no plano estratégico, excepto, a actividade 4 (lobbies com bancadas parlamentares com vista ao agendamento e aprovação a Lei da imprensa), que não se realizou devido a agenda dos parlamentares, por coincidir com o período do fim do mandato e da realização dos processos eleitorais. As actividades em curso são as que não estavam inscritos no plano estratégico que surgiram ao longo deste ano, inseridas num projecto sobre cibersegurança, financiado pela Counterpart.

Relativamente às actividades 1, 2 e 3, uma das principais actividades do MISA em 2017 era justamente advogar pelo agendamento e aprovação da Lei de Imprensa em revisão desde 2006. Para o efeito, *o MISA, em parceria com o CEC, FORCOM, FES e IREX*, MISA conseguiu, com sucesso, através de lobby e advocacia convencer o Gabinfo e o Ministério da Justiça sobre a necessidade de se recuperar e trazer ao debate as propostas do pacote de legislação de imprensa, algumas das quais já se encontravam desactualizadas. Nesse âmbito, foi realizado um workshop que tinha como um dos objectivos actualização da proposta de lei de radiodifusão do MISA de 2009; assim como da proposta de lei de imprensa, que incluía a produção de estatuto de jornalistas e de carteira profissional de jornalista. O Objectivo principal do workshop era produzir-se ideias que irão constar no nosso posicionamento global de advocacia sobre o que deve permanecer (constituindo ganhos) na lei de imprensa e o que deve ser melhorado.

O evento juntou diversos participantes, entre representantes do Governo, da Sociedade Civil, da Imprensa e jornalistas para discutir e rever quatro documentos fundamentais: Lei de Imprensa, Lei de Radiodifusão, Estatuto de Jornalista e Carteira Profissional. Neste contexto, a partir de Agosto do ano passado, Moçambique já dispõe de instrumentos revistos, carecendo de harmonização antes da sua submissão ao Governo e ao parlamento.

Uma das principais actividades do MISA em 2017 era justamente advogar pelo agendamento e aprovação da Lei de Imprensa em revisão desde 2006. Para o efeito, o MISA, em parceria com o CEC, FORCOM, FES e IREX, realizaram esta actividade nos dias 10 e 11 de Agosto. O workshop tinha como um dos objectivos actualização da proposta de lei de radiodifusão do MISA de 2009; assim como da proposta de lei de imprensa. O Objectivo principal do workshop era produzir-se ideias que irão constar no nosso posicionamento global de advocacia sobre o que deve permanecer (constituindo ganhos) na lei de imprensa e o que deve ser melhorado.

Eventos	Data	Total de participantes	F	M
Recolha de contribuições para o melhoramento da proposta do pacote legislativo sobre a Comunicação Social em Moçambique	10 e 11 de Agosto	48	14	34

Tabela nº14. Distribuição de participantes do Workshop de Revisão da Legislação dos Media

No que diz respeito à migração digital, o MISA organizou, entre 2017-2018, três debates com dois grupos alvos, um de estudantes e docentes de jornalismo e o outro com operadores privados de televisão e organizações que estão na responsabilidade desse processo. Do debate foi produzido um posicionamento do MISA, publicado em forma de newsletter no qual apresenta os pontos críticos e produziu recomendações para os actores estatais e privados.

O MISA-Moçambique tem vindo a trabalhar, em parceria com demais Organizações da Sociedade Civil na monitoria do processo de Migração Digital em Moçambique, através do Observatório de Migração Digital, constituído em Maio de 2015.

No segundo debate, O MISA, em parceria com o CEC (Centro de Estudos Interdisciplinares) realizou no dia 1 de Novembro de 2017, na Escola de Comunicação e Artes, uma mesa redonda envolvendo 77 académicos sob o lema “Formação Profissional em Comunicação Social em Moçambique no Contexto da Migração Digital”.

O debate teve como objectivo colher informações mais aprofundadas sobre o ponto de situação do processo da migração digital, destacando os avanços e os retrocessos, assim como traçar recomendações para os actores estatais e empresarias para uma maior inclusão e transparência.

Dentre as considerações levantadas pelos académicos e que carecem especial atenção no trabalho do MISA e parceiros da comunicação social destacam-se as seguintes:

- A exclusão da academia no debate sobre a migração digital da radiodifusão, a falta competências técnicas e profissionais dos futuros profissionais de comunicação, de modo a garantir-se a produção e distribuição de conteúdos de qualidade.
- A falta de preparação dos docentes para o ensino na era da radiodifusão digital, ou seja, a incapacidade de oferecer um ensino orientado para o mercado de produção digital.

A migração digital da radiodifusão representa uma oportunidade para as Escolas e Faculdades de comunicação social fazerem reformas dos planos curriculares, das metodologias de ensino – aprendizagem, uma vez que os actuais planos curriculares dos cursos apresentam um desajustamento em relação às necessidades do mercado.

Evento	Data	Nr. participantes	F	M
A formação profissional em Comunicação Social em Moçambique no contexto da migração digital	1 de Novembro	77	40	37

Tabela nº 15. Distribuição dos participantes da Mesa Redonda sobre Migração Digital na ECA

A terceira mesa redonda foi realizada em 2018. Acções de advocacia eram antecedidas de realização de um estudo de monitoria da migração digital. A advocacia baseava-se na realização de mesas redondas onde eram apresentados estudos, com os avanços e recursos e as dificuldades do processo. Juntava-se os membros do Governo, incluindo a direcção da TMT, entidade responsável pela gestão do processo, sociedade civil, jornalistas e representantes dos órgãos de comunicação social e academias. O último estudo produzido pelo MISA em Parceria com a JOINT, em 2018, demonstrou que os operadores privados da televisão estão longe de chegar a consenso com a TMT quanto a modernização, compatibilização e acessibilidade de equipamento de Transmissão Digital, nos seguintes aspectos:

- Modernização dos equipamentos digital compatibilizável com TMT
- Custo transmissão
- Qualidade da imagem em HDTV
- Acesso à televisão digital

Igualmente mostra que há (1) fraca adesão dos operadores privados aos serviços de transmissão da TMT, devido à reduzida cobertura geográfica do sinal da televisão digital tendo em conta a oferta competitiva das companhias privadas de transmissão do sinal da televisão; (2) fraca adesão dos operadores privados aos serviços da TMT devido aos prováveis preços de irradiação do sinal da televisão até ao consumidor final; (3) fracos recursos humanos e preparação técnica dos operadores privados para trabalharem no ambiente digital da televisão; (4) fraca aderência da população rural aos serviços das televisões comerciais devido à entrega do seu sinal de televisão aos transmissores privados (Gotv, Start times e TV cabo); e (5) aumentos de zonas de penumbra e de má qualidade do sinal devido a ausência de um sistema de monitoria de qualidade do sinal na TMT.

Além disso, na sequência das mesas redondas com operadores públicos e privados, incluindo a TMT, não apenas o MISA produziu um posicionamento sobre o estágio da migração digital em Moçambique, como também foi criada uma plataforma de interacção entre as partes envolvidas, algo que antes não existia.

Esta actividade acabou sendo afectado por falta de fundos dada a redução que se verificada anualmente por parte do parceiro principal, a Oxfam IBIS.

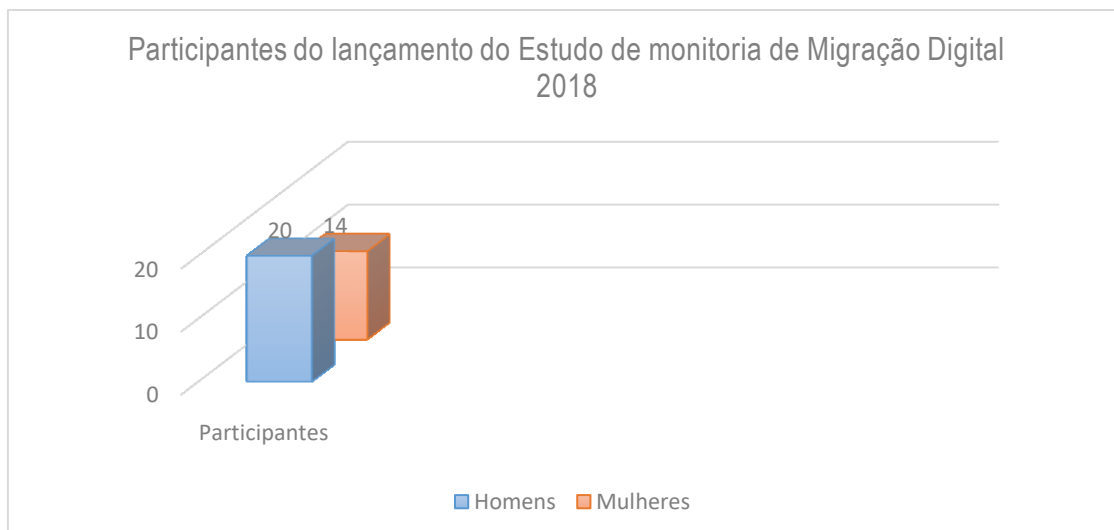


Gráfico nº8. Número de participantes ao lançamento do estudo sobre Monitoria de Migração Digital

Outras actividades do Pilar III

Ao longo do ano em curso, o MISA levou a cabo algumas actividades relacionadas com este pilar. Trata-se de actividades inseridas no projecto visando a criação de lei de cibersegurança, financiada pela Counterpart. Foi realizado, um encontro de alto nível (lobby) para o engajamento do Governo, parlamentares e Sociedade Civil em matéria de segurança Cibernética. O encontro, com o ministro da Ciência e Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional, contou com nove participantes, sendo cinco do Ministério e quatro do MISA, todos do sexo masculino. Trata-se do primeiro de vários encontros de alto nível que deverão acontecer até à conclusão do processo de elaboração e aprovação do draft da Lei de cibersegurança.

No encontro o Ministro, Gabriel Salimo, assumiu que, apesar da existência de um quadro legal virado à Segurança Cibernética, como é o caso da Lei das Transações electrónicas, muito há, ainda, por se fazer para uma afectiva protecção de dados no espaço cibernético em Moçambique. Igualmente, afirmou que o modelo de coordenação que sugerido pelo MISA, em que envolve o Governo, académicos e Sociedade Civil assumem um papel fundamental, vai ajudar a desenvolver um trabalho com resultados mais próximos das expectativas dos cidadãos na área de Ciber-segurança no país.

No âmbito da mesma actividade foi criado um grupo de trabalho da Sociedade Civil sobre cibersegurança e Direitos Digitais. O objectivo é engajar a sociedade civil e os media nas acções de cibersegurança no país. Do encontro inicial participaram 8 representantes de quatro organizações da sociedade civil, incluindo uma firma de advogados com conhecimento no sector (sete homens e uma mulher).

No âmbito das actividades de advocacia para a aprovação da lei de cibersegurança, foram produzidos dois policy brief/discussion paper em legislação sobre cibersegurança e liberdade e expressão na internet.

O segundo discute sobre a inexistência de Lei de Cibersegurança e Protecção de Dados preocupante. O MISA defende que o Processo de elaboração da Política Nacional de Segurança Cibernética deve ser agilizado e aberto a todas as sensibilidades, de forma estruturada; e que a

Lei das Telecomunicações, a Lei do SISE e a Lei das Transacções Electrónicas contêm cláusulas que permitem violação abusiva da privacidade dos cidadãos.

A última actividade do fecho deste projecto foi realizado em Setembro passado, do encontro de alto nível para engajamento do Governo, parlamento, sociedade civil e academias, onde participaram 33 pessoas, incluindo o ministro Gabriel Salimo.

Encontro de alto nível para o engajamento do Governo, parlamentares e Sociedade Civil em matéria de segurança Cibernética.	Data	Nr. participantes	F	M
A formação profissional em Comunicação Social em Moçambique no contexto da migração digital	28 de Setembro	33	7	26

Tabela nº 16. Distribuição de participantes ao encontro do alto nível para o engajamento do Governo, parlamentares e Sociedade Civil em matéria de segurança Cibernética.

Análise dos indicadores

Neste pilar ainda não é possível avaliar os níveis de alcance dos indicadores, dado que os processos ainda não foram concluídos, estando ainda em curso, quer sobre a revisão da legislação de imprensa, onde se inclui a rádiodifusão, estatuto de jornalista, carteira profissional, assim como a migração digital.

Os resultados do Censo populacional mostram uma redução da população que usa rádio (50.1%, em 2007, para 35%, em 2017) e subida de pessoas com acesso a televisão (10.1%, em 2007, para 21.8% em 2017). Ou seja, há cerca de 6 milhões de moçambicanos com acesso a televisão. Os dados obtidos juntos a TMT mostram que até ao momento, 110 mil famílias (cerca de 2%) possuem televisão digital. No entanto, o Instituto Nacional das Comunicações de Moçambique aponta para 900 mil famílias (15%) que possuem televisão digital, através de outras plataformas (Go TV, Dstv, Zap, Startimes, TV Cabo).

Resultados do Pilar III

Foi produzido um draft da Lei de radiodifusão, revista as propostas de Lei de Imprensa, carteira profissional e estatuto de jornalista, e submetido às instituições governamentais, nomeadamente o Gabinfo e o Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, entidades responsáveis pela revisão da Lei de Imprensa.

Em resultado desse draft, que inclui a proposta da Lei de Radiodifusão, o MISA Moçambique foi convidado a integrar o painel dos revisores da Lei de Imprensa, tendo sido indicado a co-organizar uma conferência nacional, em 2018, para discutir sobre esta revisão.

No dia 27 de Outubro deste ano, o Governo moçambicano aprovou, finalmente a Lei da Comunicação Social, um instrumento que introduz a obrigatoriedade da carteira profissional e define novos princípios e normas aplicáveis ao exercício, anunciou hoje o porta-voz do Conselho de Ministros.

No que se refere a Migração Digital, há a ressaltar que na sequência das mesas redondas com operadores públicos e privados, incluindo a TMT, não apenas o MISA produziu um

posicionamento sobre o estágio da migração digital em Moçambique, como também foi criado uma plataforma de interação entre as partes envolvidas, algo que antes não existia.

Desde que iniciou o processo de migração, 900 mil cidadãos já beneficiam de televisão digital em Moçambique.

No âmbito de advocacia para a elaboração de um draft da lei de Cibersegurança, o Governo foi consciencializado sobre a necessidade de uma lei de Cibersegurança que possa proteger os dados dos cidadãos e draft da proposta da lei está em elaboração

O MISA já produziu e partilhou, através das suas plataformas dois policy brief nos quais explora as fragilidades a legislação existente neste campo e reforça a ideia da necessidade de uma lei mais robusta na protecção de dados.

PILAR:4. CONHECIMENTO DO QUADRO LEGAL E ÉTICO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL POR PARTE DOS SEUS PROFISSIONAIS

<p>Objectivo: Garantir o exercicio responsável da actividade do jornalismo, em obediência à legislação, regulamentos e aos princípios de deontologia e profissionais;</p>	
<p>Resultado: Profissionais de Media exercendo a profissão com conhecimento da Lei , do Estatuto e da Ética e Deontologia do Jornalista</p>	
<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • % de casos de violações de éticas reportados • % de órgãos de comunicação e jornalista com carteira profissional • % de unidades de jornalismo investigativo funcionais • % de artigos de jornalismo investigativo de qualidade produzidos na monitoria da governação e direitos humanos em Moçambique 	
Acções Planificadas para 2020	Realizada ou não realizada
1. Produzir o relatório de análise de violações de ética	Sim
2. Realizar reuniões com os conselhos editoriais das principais redacções sobre casos de violações de éticas 2016	Não
3. Promover a criação de unidades de investigação 04 jornais nacionais (Savana, Opais, Canal de Moçambique)	Não
4. Promover reuniões, seminários, formações e trocas de experiências nacionais e internacionais sobre as melhores práticas em jornalismo	Sim
5. Produzir livro de Estilo sobre as melhores práticas de jornalismo	Sim
6. Realizar uma reflexão e a entrega de prémios sobre “jornalismo, género e paz em Moçambique”	Em curso

7. Adaptar as directrizes (<i>guidelines</i>) dos organismos internacionais (IFJ normativa de reporte no âmbito dos critérios de género, outros) sobre comunicação ética em matéria de violência baseada no género no código deontológico de jornalistas de Moçambique	Em curso
8. Analisar semanalmente os 5 principais meios de comunicação de Maputo e aplicar os critérios plasmados nas diretrizes.	Em curso
9. Enviar informes de recomendações e feedback aos meios de comunicação que tenham publicado notícias sobre género, violência e etc.	Em curso
10. Realizar uma formação (3 módulos teóricos e 1 práticos) para 30 jornalistas de Maputo dos principais meios de comunicação da cidade em matéria de “Gender Sensitive Reporting” e “Reporting on Gender-Based Violence”	Em curso
11. Elaborar os TdR para o desenho de material formativo e a formação para os jornalistas.	Em curso
12. Em colaboração com o Fórum Mulher, elaborar um Diagnóstico de necessidades de serviços sobre violência de género em Maputo, através da contratação de uma consultoria técnica especializada.	Em curso

No triénio em avaliação, não foram realizadas as actividades referentes a reuniões com os conselhos editoriais das principais redacções sobre casos de violações de éticas 2016 e a de Promover a criação de unidades de investigação 04 jornais nacionais (Savana, O país, Canal de Moçambique), devido a indisponibilidade das redacções para estas actividades. Mas foram realizados estudos de análise de violações de ética entre 2016 e 2019.

Os eventos da apresentação dos relatórios, produzidos em parceria com o CEC e o Sindicato Nacional de Jornalistas, juntam os jornalistas, editores e académicos. Os jornalistas e editores reconheceram a existência de violações de ética na imprensa moçambicana, corroborando com as constatações do Estudo que revela a ocorrência de plágio, falta do contraditório, manipulação excessiva da imagem, a ausência de fontes de informação, deturpação, juízo de valores e adjectivação.

Em 2018 e 2019, os estudos focaram-se na monitoria de cobertura eleitoral dos principais meios de comunicação nacionais. Além do relatório, durante a campanha eleitoral e o processo de votação, em 2018, o MISA produziu cinco boletins informativos que monitoravam a cobertura eleitoral. Nesse ano, a monitoria da cobertura da media nas eleições gerais de 2019 foi realizado em 16 (dezesseis) órgãos, dos quais 4 (quatro) emissoras (Rádio Moçambique, Televisão de Moçambique, Soico Televisão e Televisão Miramar), 3 (três) jornais diários (Notícias, O país e Diário de Moçambique) e 7 (sete) jornais semanais (Savana, Zambeze, Domingo, Magazine Independente, Canal de Moçambique, Dossier & Factos e Público). E mostra uma tendência dos órgãos públicos e alguns privados de favorecer o partido no poder.

Eventos	Total de participantes	F	M
Lançamento do relatório sobre os casos de violação da ética jornalística pelos órgãos de comunicação 2017	32	10	22
Lançamento do relatório sobre Monitoria de cobertura eleitoral 2018	?	?	?
Lançamento do relatório sobre Monitoria de cobertura eleitoral 2019	91	28	63
Total			

Tabela nº17. Participantes do lançamento dos Relatórios de Ética 2017, 2018, 2019

Neste primeiro semestre foi lançado o relatório de violações de ética 2019, tendo como enfoque a cobertura do processo eleitoral. Os detalhes desta actividade estão no pilar 2, actividade 1. No mesmo período, foi lançado o concurso público foram seleccionados os consultores para a produção do manual de estilo para as redacções, devendo o draft estar pronto dentro de três semanas.

ACTIVIDADE REALIZADAS NÃO PREVISTAS

Neste pilar, foram realizadas outras actividades não previstas. Uma delas foi em parceria com Instituto para a Democracia Sustentável (EISA), CEC e Sindicato Nacional de Jornalistas, que consistiu na actualização e validação do código de conduta para a cobertura dos processos eleitorais pelos jornalistas, com base numa directriz de boas práticas e questões transversais na mudança do processo legislativo em Moçambique. Participaram do processo avaliação, actualização e validação do código 40 editores e jornalistas séniores de diversos órgãos de Comunicação Social do país.



Participantes do workshop que aprovou o código de conduta de cobertura eleitoral em Bilene



Gráfico nº9. Participantes do workshop que aprovou o código de conduta de cobertura eleitoral em Bilene

Este código foi usado para a capacitação de 120 jornalistas em todo o país, divididos em três regiões de 40 jornalistas cada, sobre as melhores práticas da cobertura de eleições em preparação das eleições de Outubro de 2019. A mesma actividade foi realizada em parceria com as organizações que estiveram no processo da revisão do código de cobertura eleitoral.



Parte dos 120 jornalistas formados em cobertura eleitoral – Seminário regional Centro

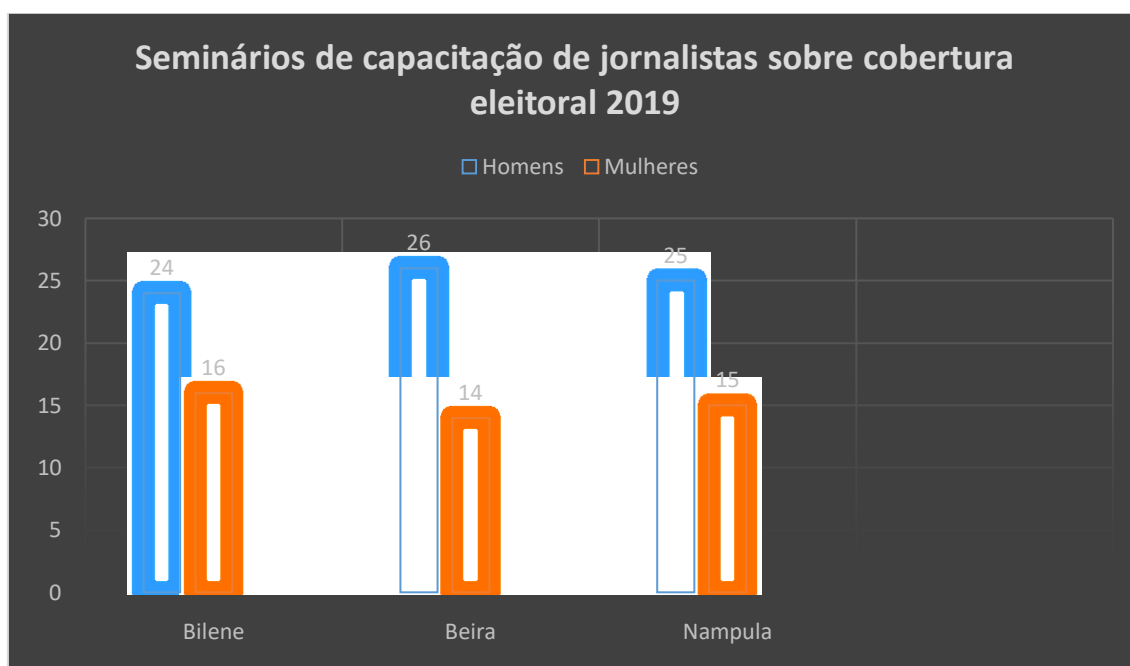


Gráfico nº10. Distribuição de jornalistas nos seminários sobre cobertura eleitoral 2019

Além destas actividades, registámos algumas actividades dos núcleos provinciais, tais como o núcleo provincial do MISA em Niassa, que capacitou 30¹⁴ Jornalistas dos órgão de comunicação social com representação na província do Niassa em matérias sobre o novo pacote eleitoral.

Em parceria com a UNESCO, foi produzido e distribuído pelos órgãos de comunicação social um Guião de Boas Práticas de Reportagem sobre as questões de género e violência contra pessoas albinas e estão previstas 15 Histórias sobre género e violência contra pessoas

¹⁴ Não nos foi possível ter acesso às listas de presença de formação de Niassa, dado terem ficado com ser actividade de parceiros feitas em parceria.

Integrada na mesma actividade foi realizada uma capacitação a Jornalistas em reportagem investigativa sobre questões de género e violência contra pessoas albinas. A partir deste formação, o MISA Moçambique co-financiou a produção de uma reportagem investigativa pelo grupo Soico, sobre raptos e assassinatos de Albinos em Nampula).

Participaram no workshop 34 das quais, 20 mulheres e 13 homens. Os participantes eram provenientes das Rádios Comunitárias Águia, Catandica, Chemba, Chicualacuála, Encontro, Esperança, Gwevhane, Komati, Maria, Macanga, Monapo, Tumbine, Voz Coop, ESJ, ECA, Paz, Creative Play. Participaram também 3 funcionários da UNESCO e dois facilitadores. Os restantes órgãos de informação apenas receberam o manual.

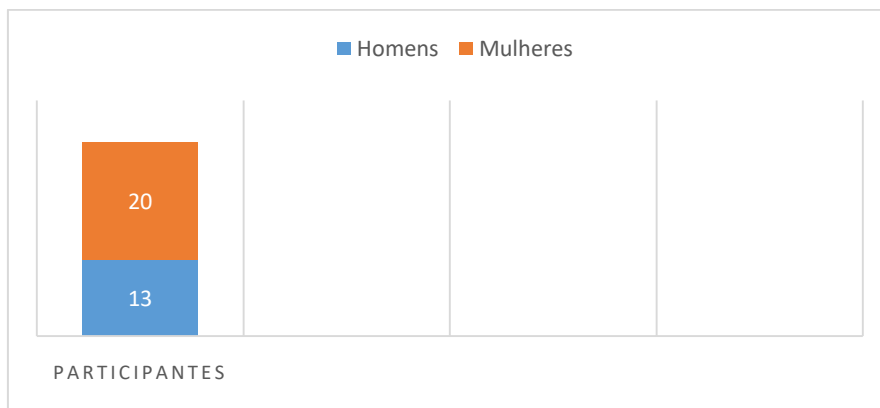


Gráfico nº11. Jornalistas capacitados sobre jornalismo investigativo

Dentre os participantes estiveram locutores, coordenadores, gestores de Órgãos de Comunicação Social comunitários e de escolas de comunicação.

Análise de indicadores do pilar IV

Os relatórios não permitem visualizar se houve redução ou não de casos de violações. O estudo de base não apresenta um indicador a partir do qual possamos medir os resultados. Segundo, os relatórios de monitoria não tinham números de notícias fixas como padrão a partir dos quais ser avaliada os níveis de violações. Por exemplo, em 2017 foram avaliados 766 artigos, mas em 2018 e 2019 foram analisados, sucessivamente 1631 e 4522 peças. Referir que em 2018 e 2019 a análise foi sobre a cobertura eleitoral, contrariamente ao ano de 2017.

Ainda não é possível avaliar o alcance doutros indicadores dado o facto de ainda não se ter conseguido o resultado esperado das actividades.

Sobre o jornalismo investigativo de qualidade produzidos na monitoria da governação e direitos humanos em Moçambique, há que referir que ao longo desse período ao longo do triénio foram identificados cerca de 26 trabalhos produzidos por jornalistas sobre investigação, 18 em 2018, 1 em 2019 (financiadas pela OSISA), 5 em 2020 (financiadas pela Thomson Reuter Foundation).

Resultados Pilar 4

Um resultado que se pode considerar positivo é o facto de o relatório de violações de ética na comunicação social mostrar que no geral os meios de comunicação social mantiveram uma cobertura eleitoral aceitável. Há alguns órgãos de comunicação social que fizeram uma

cobertura eleitoral bastante equilibrada, com destaque para os meios de comunicação do Grupo Soico e da Rádio Moçambique.

Outros resultados, embora intermédios, relacionam-se com a existência, pela primeira vez, na história de Moçambique, de um manual de estilo para jornalistas, um documento que apresenta das melhores formas de prática de jornalismo.

Há um código de cobertura eleitoral revisto e aprovado, que permitiu que os jornalistas se baseassem nele para a cobertura eleitoral.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

<p>Objectivo: Assegurar uma administração adequada e eficiente do MISA, baseada na transparência, na prestação sistemática de contas e no pleno funcionamento dos seus órgãos democráticos.</p>	
<p>Resultado: MISA activo em pleno funcionamento, no respeito da lei e dos seus regulamentos internos.</p>	
<p>Indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de parceiros do MISA • O número de doadores e a quantidade de fundos angariados para o financiamento do plano estratégico; • A quantidade de fundos angariados para o pagamento das dívidas; • Equipamentos e mobiliários existentes para o funcionamento do escritório; • Número de funcionários contratados para o funcionamento do escritório; • Número de membros participantes nas AG do MISA; • Níveis de decisões tomadas na AG do MISA; • Nível de conhecimento público sobre as acções do MISA; • Nível de avaliação feita pelo auditor ao MISA; • Número de colaboradores e membros formados; • Qualidade das decisões e intervenções tomadas pelos corpos directivos e sociais. 	
Acções Planificadas	Realizada ou não realizada
1. Estabelecer memorandos de entendimentos e parcerias com organizações nacionais e internacionais para a implementação de actividades do MISA	Sim
2. Realizar reuniões e desenhar projectos para angariação de fundos para o MISA-Moçambique	Sim
3. Fazer uma pesquisa, a nível nacional, para recolha e aprofundamento das histórias de sucesso do MISA-Moçambique entre 2016 - 2020	Sim
4. Angariar fundos para o pagamento de dívidas do MISA-Moçambique	Sim
5. Produzir os relatórios semestrais e anuais	Sim

6. Realizar a auditoria anual do MISA	Sim
7. Realizar as reuniões trimestrais do CNG	
8. Realizar a avaliação da Implementação do Plano Estratégico do MISA (2016 – 2021)	Sim
9. Realização das eleições dos Presidentes dos Núcleos Províncias	Sim
10. Realizar a Assembleia Geral do MISA	Sim
11. Elaborar um acordo de colaboração entre medicusmundi, o Instituto de Comunicação Social de Africa Austral (MISA-Moçambique) e a Direcção de Género Criança e Acção Social.	Em curso
Aprovar políticas de género e HIV/SIDA do MISA	Sim

Durante o triénio, o MISA Moçambique realizou duas assembleias gerais anuais, excepto em 2020, que ainda se mantem sem marcação devido as questões ligadas a Covid 19 e de ordem financeira, conforme os estatutos.

Igualmente, foram realizadas três auditorias às suas contas, conforme acordo de parceria com os doadores.

Durante estes três anos, o MISA Moçambique realizou várias consultorias para produzir receitas com vista ao pagamento de indemnizações aos antigos trabalhadores. Nisso, conseguiu eliminar a dívida com todos os trabalhadores, tendo apenas restado um que cuja dívida ainda não foi totalmente paga.

Este ano, foi possível realizar um trabalho de prestação de serviço que irá resultar na angariação de 1400 dólares, o que irá permitir que o pagamento de parte da dívida com a única antiga trabalhadora do MISA.

Igualmente, o MISA Moçambique celebrou um contrato com a Counterpart Internacional para o financiamento de projecto sobre Cibersegurança. Trata-se de um pequeno projecto avaliado em 34 mil dólares por seis meses. Objectivamente, o projecto pretende influenciar a criação de um a lei de cibersegurança para maior protecção de dados dos cidadãos.

Neste momento, além do parceiro principal (Oxfam Ibis), o MISA conta ainda com apoio financeiro da OSISA e Counterpart, e parceiros de implementação de projectos como a Medicus Mundi, a Fundação Friedrich Ebert, a Fundação Reuters e a UNESCO.

Também em Junho do ano em curso, o MISA recebeu da OSISA um financiamento adicional ao Orçamento do Projecto OSISA “Promoing safety and security of Journalist in Mozambique and professional converage elections”. É um financiamento, avaliado em USD 99.093,53, que se insere no contexto do Consórcio do MISA com o FORCOM para a implementação de Projecto “Strengthen community radios with tools, skills and resources to better cover health issues with a focus on COVID-19 in closed áreas”. Para a implementação deste projecto foi celebrando um memorando de entendimento entre o MISA e a FORCOM. São hoje doadores do MISA: Doadores: Oxfam Ibis, OSISA, Counterpart, UNESCO, Fundação Fredriech Ebert, Thomson Reuters Foundation e Fundação MASC (muitos são por projectos ou actividades).

Não obstante os financiamentos assegurados, a Oxfam Ibis continua o principal parceiros e o único do plano estratégico do MISA. Em termos globais, a Oxfam Ibis representa pouco mais de 70% das receitas do MISA Moçambique, o que faz com que sem ela a organização funcione à meio gás.

Foram desenhados outros projectos submetidos ao IREX (2018) para pedidos de financiamento com vista a munir os núcleos provinciais de equipamentos de trabalho; projecto para USAID...

Nestes três anos, o MISA rubricou memorandos de entendimento com Oxfam IBIS para o financiamento do Plano Estratégico; com OSISA no âmbito de financiamento de projectos; com a Actionaid para prestação de assistência técnica na formação de jornalistas e organização de eventos; um memorando com o CIP para assistência técnica no jornalismo investigativo; um memorando de entendimento com Sekelekani, Organização do Meio Rural, Ordem dos Advogados de Moçambique para a monitoria do acesso à informação; um memorando de entendimento com a Medicus Mundi para concurso conjunto para projecto de sobre reportagens de género; memorando com Sekelekani e Forcom no âmbito de consórcio para concorrer em projectos; EISA para a actividades conjuntas; Counterpart Internacional para projecto sobre cibersegurança; . Igualmente, foram assinados outros memorandos com as seguintes organizações: Votar Moçambique no âmbito de monitoria de eleições; h2n para o projecto melhorando vidas; Comité de Protecção de Jornalistas para a protecção de jornalistas; Associação Nacional de Juristas (ANJUR) para assistência técnico-jurídico; CODD para a gestão financeira do MISA; com a Fundação Fredriech Ebert Stiftung para actividades conjuntas.

Ainda em 2020 foi celebrado um acordo entre o MISA Moçambique e o Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural no âmbito do processo de revisão da Lei de Terra a iniciar brevemente. O memorando visa a mobilização da comunicação social, por parte do MISA, para a participação no processo. Também foram assinados mais dois memorandos com a Justa Paz para actividades conjuntas; e com a International Senior Lawyers Project para apoio jurídico e com a Fundação MASC para apoio à Liberdade de Imprensa.

No início do ano em curso foi realizado o Conselho Nacional Governativo alargado ao pessoal das áreas programáticas do MISA Moçambique.

O MISA já dispõe de política do género, política anti-fraude e anti-corrupção. Todos os instrumentos carecem ainda de aprovação da Assembleia Geral a ter lugar no primeiro semestre de 2020.

Hoje o MISA possui 79 membros com quotas em dias. Quando foi revitalizado, em 2015, após, 5 anos encerrado, o MISA não possui membros com quotas em dias, não possui equipamentos (material informático ou móveis de escritório), não tinha escritório ou endereço físico...

Igualmente, possui hoje uma plataforma de gestão de membros instalado.

Valor acrescentado do parceiro e da Intermediaria (OXFAM)

O MISA Moçambique, como hoje é visto, é graças a Oxfam Ibis, que teve a coragem de assumir o risco e injectar dinheiro para apoiar uma organização que tinha processos judiciais transitados em julgados e com enormes dívidas com trabalhadores, advogados, empresas de prestação de serviços e tribunais. Hoje, a dívidas com trabalhadores paga em quase 80%, apenas está a ser devido parte do valor de uma trabalhadora.

O MISA possui hoje equipamentos e mobiliários para o seu pleno funcionamento. Tem 5 trabalhadores contratados actualmente, três dos quais com contratos por tempo indeterminado e dois por contratos a prazo certo, e um estagiário. Trabalhadores e membros beneficiaram de diversas capacitações. As assembleias gerais são realizadas anualmente, incluindo as respectivas eleições, excepto as últimas devido a Pandemia de Covid-19; Auditorias anuais realizadas.

O MISA voltou a ter a imagem que tinha antes de encerrar em 2010.

ANÁLISE DOS INDICADORES DO PILAR V

- O MISA rubricou 22 memorandos com parceiros durante a vigência do Plano Estratégico
- O número de doadores e a quantidade de fundos angariados para o financiamento do plano estratégico;
- A quantidade de fundos angariados para o pagamento das dívidas;
- Equipamentos e mobiliários existentes para o funcionamento do escritório;
- Possui neste momento cinco trabalhadores, dos quais três com contratos a tempo indeterminado (Ernesto Nhanale – director executivo, Lázaro Mabunda, oficial de Programas, e Quitéria Zandamela, secretária executiva) e dois com contratos a prazo (Ernesto Saul, gestor de projectos e advocacia; e Inocêncio Machave, oficial de finanças).

Resultados do Pilar 5

No que concerne a análise dos resultados há que anotar o seguinte:

1. Ao longo do triénio, além de contratos celebrados, o MISA voltou a funcionar normal, possuindo equipamentos de trabalho de escritório: xxx computadores, xxxx impressoras, xxx secretárias, xxxx estantes, um televisor, uma mesa de reunião, um quadro, uma geleira,

ASPECTOS TRANSVERSAIS

Neste capítulo, o MISA foi bastante fraco. Desenvolveu algumas acções relacionadas com a questão do género, sobretudo virado para reportagens jornalísticas. Neste capítulo foram desenvolvidas as seguintes actividades: produção de Guião de Boas Práticas de Reportagem sobre as questões de género e violência contra pessoas albinas e produção de 15 Histórias sobre género e violência contra pessoas; produzir de Manual de código de ética sobre cobertura de assuntos de género; .produção de políticas de género e HIV/SIDA do MISA; implementação de um projecto conjunto com a Medicus Mundi sobre o género e media. O projecto *“Contribuir para a defesa, garantia e exercício de uma vida livre de violência das Mulheres de Maputo. FASE II”* foi concorreu ao financiamento da Cooperação Catalã de Apoio ao Desenvolvimento e foi aprovado em finais do ano 2019. Ou seja, a temática do género foi sendo incorporada através de projectos específicos de parcerias que foram sendo criadas ao longo da implementação.

O estudo de avaliação do Plano Estratégico do MISA apontou esta questão como sendo um dos maiores pontos fracos do MISA. O estudo de avaliação do plano irá ajudar-nos no próximo plano

estratégico a olhar para estes assuntos como prioritários. Este foi o primeiro plano estratégico do MISA após ter sido fechado por problemas internos. Isso não permitiu que o MISA se concentrasse em outras temáticas como estas.

No próximo plano estratégico, deverá ser prioridade do MISA implementar estratégia de género e integrar questões transversais em todas as suas actividades.

V. CONTRANGIMENTOS E DESAFIOS

Ao nível interno, o MISA precisa aprimorar o papel das estruturas de liderança, sobretudo ao nível provincial. Ao longo do primeiro semestre, foram reportados diversos casos de violações que tiveram como fonte de informação os media e outras entidades externas ao MISA, o que mostra a fragilidade das estruturas internas, ao nível das províncias, em monitoria e reportar os casos. Primordialmente, os casos deverão ser monitorados e reportados pelos próprios núcleos provinciais e tornados públicos pelo MISA;

O contexto da crise económica continuou a reflectir-se negativamente no processo de planificação financeira do MISA. Nota-se que as variações cambiais não permitiram uma correcta previsão de fundos, com o metical subvalorizado. No início do ano, houve previsão de o MISA receber um valor que veio a baixar com a valorização do metical, ao longo do ano. Estes problemas levaram o MISA a fazer uma reprogramação de algumas actividades de 2017 para o ano 2018, conforme o nível de prioridades definidas;

O contexto político e militar continua a estar ligado com as violações das liberdades de imprensa e de expressão. Praticamente, agentes policiais e militares continuam a serem referenciados como sendo os principais violadores das liberdades de imprensa e de expressão;

A crise provocada pela pandemia da Covid-19 veio aumentar a limitação de espaços de actuação dos jornalistas, tornando-se hoje mais fácil de deter jornalistas acusando-o de violação de Estado de Emergência.

Para mitigar o impacto, urgiu:

- Ampliar os mecanismos de monitoria dos impactos do MISA-Moçambique, seja ao nível da captação das publicações nos órgãos de radiodifusão (Rádio e Televisão), mas inclusivamente, em outros espaços em que o MISA é usado como fonte de informação, ou mesmo de mudanças que ocorrem a partir das suas intervenções, sobretudo para um contexto em que o Plano Estratégico avança para as fases intermédias de implementação;
- Continuar a consolidar o processo de recuperação do nome do MISA-Moçambique, assim como desenvolver esforços par a angariação de fundos que garantam a implementação das actividades, o funcionamento da organização, assim como o pagamento das suas dívidas.
- Ampliar a capacitação e sensibilização dos actores importantes para a redução de casos de violações de liberdade de imprensa e de expressão, nomeadamente membros do governo a todos os níveis, forças de defesa e segurança, magistrados do ministério público e judiciais, incluindo o sector privado.
- Continuar a reforçar as capacidades da equipa de direcção do MISA dotando-lhes de maiores capacidades para a implementação dos programas, assim como para a gestão financeira dos fundos da organização.

VI. LIÇÕES APRENDIDAS

No que diz respeito às lições aprendidas, é preciso sublinhar o seguinte:

- As dificuldades de gestão da organização e implementação de actividades num ambiente sem autonomia financeira e administrativa constituíram uma barreira muito forte para uma implementação eficiente e eficaz das actividades;
- O alargamento do debate para actores que não seja da comunicação social possibilitou um conhecimento sobre as regras de funcionamento dos media e sobre as suas barreiras no funcionamento em Moçambique. A inclusão do governo e do judiciário, por exemplo, mostrou que estas oportunidades podem ser relevantes para garantir conhecimento sobre as questões ligadas aos media que, muitas vezes, são atropeladas não por intenção, mas por falta de conhecimento sobre o papel e a legislação sobre a imprensa.
- É importante que a organização se concentre no seu papel central, construa um método de trabalho, aperfeiçoe-o para ser mais eficiente e reduzir os riscos de ataques à sua imagem e aos seus activistas. É importante para o MISA rever a sua estratégia de advocacia, o que deverá passar pela pesquisa (construção de evidências), negociação, exposição das violações, mas com a agregação de uma forte componente de “advocacia legal”;
- O trabalho em rede com as outras organizações parceiros do AICE e financiados por outros doadores revelou-se uma experiência boa para o alcance dos resultados desejados, sobretudo para a advocacia.

CONCLUSÃO

Embora ainda não se tenha procedido a avaliação da implementação da Estratégia do MISA, deve-se dizer que a OXFAM, através do Programa AGIR, foi o parceiro principal e imprescindível para o relançamento do MISA, assim como o seu funcionamento. Nos primeiros anos do funcionamento em pleno do seu escritório, 2016 a 2017, a Oxfam contribuiu quase em 100% para o funcionamento, assim como dando suporte no desenvolvimento institucional e no crescimento da organização sob ponto de vista da sua governação.

Mesmo que, a partir de 2017 tenha conseguido uma parceira com a Open Society Foundation for Southern Africa que se mantém até 2020, contribuindo com cerca de 20 a 25% do seu Orçamento, a OXFAM manteve-se como um parceiro consistente e com uma abordagem de apoio ao MISA mais integrada. Note-se que, por exemplo, a OSISA apoia o MISA numa lógica de projecto financiados anualmente.

O MISA Moçambique conseguiu liquidar grande parte das dívidas com os trabalhadores e outros fornecedores. Porém, continua ainda a viver na sombra do passado, devido às dívidas prevaletentes, o que influencia, até certo ponto, negativamente nos processos de angariação de novos parceiros.

Embora opere em ambiente caracterizado por adversidades interna e externa, relacionados não só com o legado do passado recente, como também pelos conflitos político-militar, terrorismo, crises financeiras e sociais, a emergência do Covid-19, entre outras, MISA Moçambique revistou

ao longo deste semestre, resultados encorajadores, o que não deixa de constituir motivo de orgulho.

Dos vários resultados alcançados neste primeiro semestre, pode apontar-se os seguintes:

- a) A revogação pelo Conselho de Ministros do Decreto n.º 40/2018, de 23 de Julho, que fixava taxas e multas devidas pelos serviços de licenciamento, renovação, averbamento, encartes publicitários pelos serviços de imprensa escrita, radiofónica, televisiva, incluindo nas plataformas digitais, assim como o de acreditação e credenciamento de jornalistas e correspondentes nacionais, estrangeiros e colaboradores autónomos, em Moçambique.
- b) O pagamento, em Junho passado, de indemnização de 50 mil meticais por parte de dois agentes da polícia que, em 2017, detiveram ilegalmente o jornalista Estácios Valoi, o que levou à intervenção do MISA visando a responsabilização dos mesmos. Ambos foram julgados e condenados, em Março de 2019, pelo Tribunal Judicial Provincial de Pemba.
- c) A intervenção do MISA levou à soltura de três jornalistas detidos (Omardine Omar, em Maputo; e Arcénio Sebastião e Jorge Malangaze, na Beira) e a constituição em arguido do deputado da Frelimo, responsável pela detenção ilegal dos dois jornalistas na Beira. A Procuradoria já solicitou o pedido de retirada de imunidade parlamentar ao deputado para responder no processo.
- d) O Governo, através do CEDIMO, está, desde 2018, a aliar as celebrações do Dia Internacional dos Arquivos ao contexto da Lei do Direito à Informação, o que não acontecia antes. Há uma clara apropriação por parte do Governo à Lei do Direito à Informação, afastando-se a ideia de que se trata de uma lei da sociedade civil. Esta assunção, embora ainda não tenha o impacto desejado, não deixa de ser um passo para o resultado desejado.
- e) Após nossa intervenção, o governo passou a consultar o Conselho Superior de Comunicação Social na nomeação de dirigentes dos órgãos de informação do sector público, conforme estipula o nº3 do artigo 50 da Constituição da República de Moçambique, o que não acontecia antes, facto que configurava, a todos os níveis uma grave violação dos princípios estruturantes da comunicação social pública enquanto plataforma de promoção da diversidade e da participação democrática dos cidadãos na vida do país.
- f) A restituição de liberdade há vários jornalistas detidos, dos quais Amade Abubacar e Germano Adriano.

Mas também estes três anos não foram apenas um mar de rosas. Os casos de violações de liberdade de imprensa estão a aumentar, tendo sido registado, só este ano, 19 casos, a maioria dos quais a partir de Março, período em que se declarou o Estado de Emergência. Isto sinaliza que o Estado de emergência está a ser usado pelas autoridades policiais, os maiores violadores, como oportunidade para silenciar a comunicação social e os seus fazedores. Este está a ser o pior semestre desde que o MISA reiniciou com as suas actividades em 2016. O caso mais preocupante é do desaparecimento de Ibraimo Mbaruco. Passam 6 meses, ainda não existem pistas.

Em Setembro, a redacção do jornal Canal de Moçambique foi queimada por desconhecidos, o que resultou na perda de todo o equipamento do trabalho. Os autores ainda não foram identificados.

Igualmente, criou um botão de alerta, uma plataforma a partir do qual os jornalistas poderão emitir alertas sobre ameaças à sua integridade física ou sobre qualquer tipo de ameaça.

O MISA Moçambique passou a ser um actor bastante reconhecido internacionalmente no capítulo de defesa de liberdade de imprensa, estando a ser constantemente solicitados pelos organismos internacionais como a Freedom House, Repórteres Sem Fronteiras, Comité de Protecção de Jornalistas, American BA association, Amnistia Internacional, Civicus, Unesco, entre outras.

